

convergência

NOV — 1983 — ANO XVIII — Nº 167



- **CONSTITUIÇÕES RENOVADAS**

Cardeal Eduardo Pirônio — página 515

- **ORAÇÃO E A NOSSA EDUCAÇÃO NA FÉ**

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ — página 523

- **A VOCAÇÃO DE ESPECIAL CONSAGRAÇÃO NA IGREJA.**

DESAFIOS E PERSPECTIVAS — Dom V. Wilderink, O. Carm. — página 534

CONVERGÊNCIA

Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:

Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima

Equipe de Programação:

Pe. Cleto Caliman, SDB

Ir. Delir Brunelli, PIDP

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar
20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1983:

Brasil, taxa única, terrestre ou aérea:

Até 30.04.1983 Cr\$ 4.900,00

Exterior: marítima US\$ 21,00

aérea US\$ 29,00

Número avulso Cr\$ 490,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Correia Vasques, 25 — loja. 20211 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202. 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — 25600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa

Em arte visual, o olho é a parte mais importante do corpo humano, pois saber olhar sempre foi o primeiro ato produtivo para sua inteligibilidade. Nossa capa quer visualizar uma idéia de força e força apocalíptica. Um quadro, sinistramente didático, que se observa com apreensão e realismo. O antônimo de convergência. A ruptura das forças que possibilitam a coesão e a vida. A terra se esfacela e vai se desfigurando em veloz movimento espacial. Suas partes desintegram-se, sem rumo. É apenas um símbolo. Uma figuração mental. Pode, também, ser uma realidade no macrocosmo sem vida ou nos

microorganismos de vida primária. Tanto na pessoa como na sociedade. Na Igreja e nas Congregações. A **UNIÃO** e a re-união, o reverso da representação de nossa capa, é o lugar teológico para a teofania de Deus. "Onde dois ou três estiverem REUNIDOS em meu nome, Eu estou no meio deles", Mt 18, 20. **CONVERGÊNCIA** quer continuar sendo, em 1983, o que sempre foi, um insistente convite mensal, a Você, Religioso e Religiosa, para se transformar diuturnamente em instrumento de RECOMPOSIÇÃO. Da **UNIÃO** promana a força e a única solução fundamental. Vivemos um universo de antíteses e oposições pouco dialéticas. Urge criar espaços intermediários de harmonia, removendo barreiras, distorções, impasses, com a intuição do instante e a consciência global do tempo. Só assim, até onde a vista alcança, o edifício da VIDA RELIGIOSA ganhará a necessária aderência e as fundações que lhe garantem o papel e a função na construção do REINO, de sua PAZ e UNIDADE.

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL 513

CONSTITUIÇÕES RENOVADAS

Cardeal Eduardo Pirônio 515

ORAÇÃO E A NOSSA

EDUCAÇÃO NA FÉ

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ 523

A VOCAÇÃO DE ESPECIAL

CONSAGRAÇÃO NA IGREJA.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Dom Vital Wilderink, O. Carm. 534

PRESENÇA DE MARIA NO

PROJETO DE RECONCILIAÇÃO

Pe. Ático Fassini, MS 547

A VIDA COMUNITÁRIA.

SUA EVOLUÇÃO, SUAS

DIFICULDADES E ESPERANÇAS

José Maria Guerreiro, SJ 555

SALESIANOS DE DOM BOSCO

Pe. Marcos de Lima, SDB 571

EDITORIAL

A vocação religiosa é chamado, eleição, consagração. Esquecer estas dimensões é privar-se das raízes profundas de uma relação pessoal com o autor desta eleição. Mas a vocação religiosa é também e ao mesmo tempo, envio, responsabilidade, missão. Esquecer isto é desfigurar o próprio chamado e ignorar a essência da vocação cristã.

O Reino de Deus ao qual somos chamados pela consagração e a cuja construção somos enviados pela missão não se realiza só no momento da plenitude escatológica; tem já seu início e seu germe neste mundo, quer ser uma antecipação do definitivo. O Evangelho que Jesus anunciou não é só a proclamação do encontro definitivo, senão também o anúncio das exigências imediatas da caridade neste mundo, e, por isto mesmo, a denúncia dos pecados, em vista da conversão.

A denúncia que chama à conversão difere do juízo definitivo e escatológico. Não é o juízo definitivo e irrevogável que Deus pronuncia sobre a história pessoal e coletiva. É o juízo provisório, arriscado de quem crê perceber no olho do irmão uma palha, mas que, por sua vez teme estar cego por uma viga que ele mesmo não quer reconhecer. E, contudo, apesar do risco e do temor deve dizer a todos e a si

mesmo as exigências do Senhor e denunciar o que afasta do encontro com Deus e os irmãos.

A consciência social do Religioso insere-se nesta exigência de encarnação histórica do Reino de Deus. Quer ser o reflexo da preocupação por essa história. Preocupação legítima, quando não obscurece o horizonte definitivo; preocupação necessária, quando o olhar dirigido ao transcendente pode converter-se em fácil escapismo para não assumir as tarefas imediatas.

Neste sentido seria errôneo crer que o Religioso nada tem a ver com a transformação social de um povo. Sua tarefa não consiste, é certo, na contribuição técnica ao "como" da transformação. Mas sim ao "porquê" e ao "para onde" desta transformação, colocando em evidência as motivações que nascem do Evangelho e o destino transcendente que se encarna nas finalidades imediatas, mas que, ao mesmo tempo, as supera e as julga, purificando-as. Nesta perspectiva, os problemas sociais são compreendidos na radicalidade do mistério do pecado, na interpelação à solidariedade profunda e no chamado à entrega para que na história se faça presente uma nova força dinamizadora, a do Espírito.

Neste sentido ainda a contribuição do Religioso para a trans-

formação da realidade tem que ser não quantitativa senão qualificativa. Não é necessário que sejam numerosos para poder contribuir a uma história mais justa e humana; mas sim é necessário que sejam pessoas de olhos e coração limpos, não apegados aos próprios interesses e às próprias instituições, buscadores do Reino, profetas que aceitem — no sofrimento de Jesus — a perseguição e a morte.

Os critérios puramente humanos não poderão medir o que significa esta contribuição qualitativa da Vida Religiosa ao processo libertador de nossos povos. Sua aquilatação só será possível “a posteriori”, quando se percebam melhor as dimensões utópicas e evangélicas nas sociedades transformadas. No presente número, **CONVERGÊNCIA** continua a oferecer aos Religiosos subsídios para a reflexão sobre a própria vocação na Igreja.

O artigo do **Cardeal Eduardo Pirônio**, “Constituições Renovadas”, constitui um texto de grande riqueza de conteúdo e de muita oportunidade, neste momento em que, de maneira geral, os Religiosos estão voltados para sua renovação a partir das fontes, elaborando ou tentando viver suas Constituições renovadas. É um subsídio que quer ajudar os Religiosos neste esforço, situando a questão numa perspectiva pertinente.

“Oração e nossa educação na fé”, do **Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ**, é um artigo de grande densidade elaborado a partir da experiência, como guia à experiência da oração, baseado nos textos de Marcos. Completa uma importante série de artigos sobre o tema oração, nuclear no projeto de Vida do Religioso.

O artigo de **Dom Vital Wilderink, O. Carm.**, “A vocação de especial consagração na Igreja: desafios e perspectivas”, aborda diretamente o tema central de **CONVERGÊNCIA** neste ano vocacional. Com grande força de expressão e clareza de estilo, o autor apresenta a vocação de especial consagração como resposta a um desafio.

“Presença de Maria no projeto de reconciliação” é um texto do **Pe. Ático Fassini, MS**, que nos coloca diante da temática do Sínodo dos Bispos deste ano, realizado recentemente em Roma e nos faz ver o importante papel que desempenha neste mistério da reconciliação Maria, a Mãe de Jesus e de todos nós.

O artigo, “A vida comunitária: sua evolução, suas dificuldades e esperanças”, do **Pe. José Maria Guerrero, SJ**, constitui um interessante e documentado trabalho sobre esta dimensão do projeto religioso que é a fraternidade.

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

CONSTITUIÇÕES RENOVADAS

E. Card. Pironio

Prefeito da Sagrada Congregação
para os Religiosos e Institutos Seculares
Roma, Itália

(Tradução da Irmã Isabel Fontes Leal Ferreira)

“Dar-vos-ei um coração novo. Infundirei em vós um espírito novo” (Ez 36,36). “Porei minha Lei em seu íntimo e escrevê-la-ei em seus corações” (Jr 31,33).

Há alguns anos escrevi um artigo sobre o Capítulo. Eram simples reflexões sobre o que me parecia que devia ser a celebração de um Capítulo, como acontecimento salvífico, eclesial e familiar. Sempre tive a tentação — ou inspiração do Senhor! — de continuar refletindo sobre o tema. Porque, mais do que o Capítulo, me preocupava o que se passaria depois, isto é, como seria recebido e vivido o pós-capítulo.

Principalmente porque, na maioria dos casos (para não dizer em quase todos), se tratava de preparar o novo texto das Constituições para ser submetido à aprovação definitiva da Sé Apostólica.

Tive o privilégio de assistir a muitíssimos Capítulos Gerais; lamentavelmente, não me foi possível, por causa do número ou da distância, participar de todos eles. Eu ia sim-

plesmente rezar com os Capitulares ou as Capitulares, e infundir-lhes um pouco de esperança, juntamente com o desejo de os fazer sentir mais de perto e concretamente o Mistério da Igreja. Rezar juntos, viver juntos o Mistério do próprio Cristo na única Igreja, comprometer-nos a caminhar juntos na esperança! É o modo eficaz e pastoral de animar a vida consagrada.

Qual foi a impressão que tive desses Capítulos? A de que foram uma verdadeira “celebração pascal”: com tudo o que supõe de cruz e de esperança, de oração e de morte, de comunhão profunda no Espírito e de presença palpável do Senhor Ressuscitado. Houve momentos fortes e dolorosos, como em toda Páscoa, mas o clima geral — obra evidente do Espírito — foi de serenidade na busca e no diálogo, de profundidade na reflexão e na oração, de comunhão na alegria e no compromisso definitivo. Acho que, na maioria dos casos, ocorreu um verdadeiro Pentecostes; não pela presença “do extraordinário”, mas “do profundo e do novo”, pelo que deixou, em to-

dos, de interioridade e de desejos de corresponder evangelicamente a Jesus Cristo e à sua missão, às exigências da Igreja e às necessidades do mundo.

Claro que nem tudo foi positivo. É preciso reconhecer, também, os inevitáveis limites humanos; certas polarizações tornaram-se mais agudas: creio que, decisivamente, pela excessiva segurança pessoal em interpretar o carisma dos Fundadores ou em pretender assumir, sem discernimento, determinadas urgências concretas da Igreja. Em todo caso, serão necessários muita pobreza e um sentido de comunhão eclesial mais profundo se se quiser viver com fidelidade dinâmica o próprio carisma.

A propósito do novo texto das Constituições, pergunto-me três coisas: Qual é a novidade das Constituições? Como são recebidas e vividas? Qual é o seu sentido eclesial?

1. Sentido do novo

“Não penseis que vim para abolir a Lei e os Profetas. Não vim para abolir, mas para dar cumprimento” (Mt 5,17).

Acho que estas palavras de Jesus — relativas à novidade trazida por sua pessoa, sua mensagem e sua obra — podem esclarecer o sentido do novo nas novas Constituições: Jesus não veio destruir a Lei, mas dar-lhe interioridade, plenitude e cumprimento.

“Porei minha Lei em seu íntimo e escrevê-la-ei em seus corações” (Jr 31,33). Jesus realiza, com sua Pás-

coa, esta profecia de Jeremias. O novo que Jesus traz é o seu Espírito — fruto de sua glorificação pela cruz (cf. Jo 7,39) — que habita em nossos corações (Rm 8,9 e 11) e desempenha o papel de princípio interior de nossa conduta de filhos: “Todos os que são guiados pelo Espírito de Deus” (Rm 8,14). O essencial agora é viver “segundo o Espírito”, no dinamismo radical desta “lei do Espírito, que dá a vida em Cristo Jesus” e que nos “libertou da lei do pecado e da morte” (Rm 8,2).

Jesus nos comunica seu Espírito para uma vida nova. Não para tornar a Lei mais fácil para nós, mas para nos possibilitar, partindo do nosso íntimo, uma fidelidade alegre às suas exigências radicais. Jesus sintetiza no amor “toda a Lei e os Profetas” (Mt 22,34-40). Neste sentido, ele dá plenitude à Lei: “O amor é a plenitude da Lei” (Rm 13,13). No entanto, as exigências do amor são fortes: a justiça nova deve ser imensamente superior à antiga (cf. Mt 5,29ss). Por isso, é necessário o dom do Espírito Santo.

A “novidade” das Constituições não consiste simplesmente numa adaptação “às condições mudadas dos tempos” (P. C. 2). Correríamos o risco de uma renovação superficial e transitória. Teríamos um texto provisório, e nem sempre igualmente válido para todo o Instituto. A situação da América Latina é muito diferente da situação da África, da Ásia ou da Europa. O Concílio pede-nos algo mais essencial: voltar à simplicidade exigente do Evangelho — “norma suprema da vida

religiosa” — “e à inspiração primordial dos Institutos” (P. C. 2). Tudo isto exige “o impulso do Espírito Santo” e “a orientação da Igreja”.

A “novidade” do novo texto das Constituições é, antes de tudo, uma volta “às fontes” (o Evangelho, o espírito e o carisma dos Fundadores); é, por conseguinte, uma volta ao essencial, ao simples, ao profundo. Mas é uma volta que se realiza, sob o dinamismo incessantemente renovador do Espírito, partindo da situação concreta de uma Igreja que vive, ensina e orienta, e da necessidade de um mundo que se transforma rapidamente, sofre e espera.

Seria parcial e perigoso preparar um novo texto constitucional apenas a partir das urgências atuais da Igreja e do mundo. Correríamos o risco de apresentar um Instituto totalmente novo (com a desvantagem de nós não havermos recebido nenhum carisma do Espírito). Correríamos ainda o risco de nivelar os Institutos (de fazê-los todos iguais, porque os questionamentos do mundo e as exigências da Igreja são os mesmos para todos). Com isto, destruiríamos nosso Instituto — dom do Espírito à Igreja — e o condenaríamos a um rápido e doloroso desaparecimento. Ninguém se incorporaria a um Instituto que, embora eclesialmente válido por sua atividade e suas obras, tivesse perdido, em seu ser, a sua fisionomia específica. Seria o mesmo que entrar em qualquer Instituto ou viver simplesmente a Igreja fora de toda estrutura de consagração no Mistério da Igreja e no mundo. Quando um Instituto perde a sua fisionomia específica, não podemos es-

tranhar que perca igualmente suas vocações. O que atrai é uma identidade claramente manifestada e alegremente vivida.

Por isso, um texto novo constitucional (talvez fosse mais exato falar de “Constituições renovadas”) tem que partir essencialmente do aprofundamento e da assimilação do “espírito e do propósito próprios dos Fundadores”, assim como “das sãs tradições” (P. C. 2). Em geral, os Capítulos Gerais que prepararam o novo texto constitucional aprofundaram com atenção e carinho ambos os momentos: o atual e o fundacional. Por isso mesmo, é injusta, geralmente, a acusação prejudicial que se faz às novas Constituições: “Já não são as Constituições de nosso Fundador ou de nossa Fundadora”. Há certamente casos em que, na nova apresentação das Constituições, ficaram bem esquecidos o espírito e o carisma, a finalidade específica e a espiritualidade de um Instituto. Felizmente, porém, isto não é geral. Nem tampouco definitivo: porque aí entra a mediação da Igreja que, antes da aprovação das Constituições de qualquer Instituto, ajuda ao discernimento e estimula a fidelidade. O texto novo das Constituições tem que nos levar à transparência essencial do primitivo: não por defesa do arqueologismo, mas por exigência fundamental de fidelidade.

A “novidade” das Constituições tem de ser feita de três elementos: fidelidade dinâmica ao carisma e ao espírito dos Fundadores, olhar de fé sobre a situação nova da Igreja e do mundo, capacidade de ajudar com

vistas à transformação interior no Espírito. Este último parece-me particularmente importante; não é que o texto, por si só, possa provocar a conversão (a conversão é obra de Deus); mas a simplicidade e a força evangélicas do texto têm que ser um convite claro e constante para uma profunda transformação em Cristo. “Não tomeis como modelo este mundo. Pelo contrário, transformai-vos interiormente, renovando vossa mentalidade” (Rm 12,2).

2. No contexto da aliança

“Estamos decididos a pôr em prática todas as palavras que o Senhor disse” (Ex 24,3).

Talvez pareça pretencioso colocar num contexto de Aliança o novo texto das Constituições. É que, de outra maneira, não entenderíamos a força transformadora e pacificadora. A Lei nasce sempre num contexto de amor; do contrário, não tem sentido. Qualquer lei deve ser vista e recebida no âmbito da fé. Precisa ser vivida no dinamismo do amor, que é obra do Espírito.

A vida consagrada insere-se no mistério de uma Aliança de amor. Celebra e expressa a Aliança de Deus com seu povo, de Cristo com sua Igreja. A Aliança supõe sempre uma palavra e compromete sua imutável fidelidade. De nossa parte, esta Aliança supõe que acolhamos com gratidão o dom de Deus, que respondamos com alegria à sua palavra e que comprometamos também a nossa fidelidade.

Na vida de um Instituto, esta Aliança se renova quando se recebe

o novo texto das Constituições. É um momento providencial e único de autêntica passagem do Senhor e de verdadeira aceitação de seu amor. A Aliança ficou estabelecida com cada membro no dia de sua profissão. Foi uma Aliança jubilosa realizada pela mediação da Igreja. Agora é outra vez a Igreja que oferece uma oportunidade nova para uma renovação, cada vez mais profunda e consciente, da Aliança. A Igreja lhe entrega, em nome do Senhor, uma palavra escrita por homens, mas que tem a virtude especial de manifestar o desígnio de Deus para o Instituto e, sobretudo, de lhe conferir uma força particular de iluminação e de fidelidade para cumprir a sua missão.

Gosto de enfatizar esta idéia: o novo texto das Constituições tem que ser recebido como uma palavra nova de Deus aos consagrados, como um novo convite para viver com serenidade alegre uma aliança que se torna cada vez mais profunda e definitiva. Na maioria dos casos, talvez até em todos, ao receber o novo texto constitucional, as comunidades renovam a profissão dos conselhos evangélicos: “Porei minha Lei em seu íntimo e escrevê-la-ei em seus corações” (Jr 31,33). É como se Deus, por meio de sua Igreja, voltasse a ler para nós o Livro da Aliança e nós voltássemos a dizer com alegria: “Amém; assim o faremos”.

É preciso superar o texto imediato, mais ou menos belo e completo, mas sempre obra limitada dos homens, para ler nas Constituições uma Palavra que Deus nos diz por sua Igreja e que temos de acolher com

alegria. Mas a alegria é sempre fruto da fé com que fazemos a leitura e do amor com que acolhemos suas prescrições. É a alegria com que os Fundadores receberam das mãos da Igreja, como um selo de Deus, as primeiras Constituições.

Há duas coisas que fazem parte da Aliança: a morte e a fecundidade. Toda Aliança realiza-se "no sangue". Particularmente a Aliança nova de Jesus: "Este é o sangue da nova Aliança" (cf. Lc 22,20). O cumprimento fiel das Constituições exige de nós uma morte jubilosa; mas é uma morte que nos dá a vida. É uma morte que nos liberta progressivamente de nós mesmos para vivermos mais radicalmente nossa condição de oferenda e de dom, nossa feliz imolação a Deus e nosso generoso serviço aos irmãos.

A Regra de vida não nos afoga nem nos paraliza: faz-nos verdadeiramente livres. É o Espírito da verdade que nos introduz na verdade completa (Jo 16,13). É a verdade nos faz livres (Jo 8,32). O cumprimento fiel de nossas Constituições deveria tornar-nos felizes em nossa consagração e verdadeiramente evangélicos e fecundos em nossa missão.

Claro que as Constituições não são tudo numa comunidade; supõem a existência e o exercício de uma autoridade serviçal que promova, anime e oriente, em nome do Senhor, a vida e a tarefa de uma comunidade. O texto pode ser magnífico; no entanto, se a autoridade não existe ou se dilui, se não é uma presença do Cristo que serve ou um sinal do Espírito Santo que une e anima, as Constituições podem

converter-se num peso insuportável. Não é somente a morte que redime, mas também a ressurreição. Isto significa a morte pascal. "Foi entregue por nossos pecados e ressuscitou para nossa justificação" (Rm 4,25).

As Constituições tendem a criar uma autêntica comunidade da Aliança; elas são necessárias para isto. Mas somente elas não bastam. Para serem vividas pessoalmente com alegria precisam ser vividas em Comunidade de Aliança. Esta comunidade festiva e generosa da Aliança depende muito de uma autoridade pessoal e de serviço que preside em nome do Senhor.

Neste sentido é que falamos da morte necessária para a Aliança. A Aliança é essencialmente comunhão: comunhão com Deus e com os irmãos. Se a primeira falhar, a segunda não ocorrerá; mas também a primeira não será autêntica se a segunda for vivida com mediocridade ou resignação passiva. Podem existir Constituições verdadeiras que ajudem a viver para Deus esquecendo os irmãos?

As Constituições não podem ser simples normas que regulem exteriormente a vida; têm que ser princípios evangélicos que ajudem a criá-la começando por dentro. Neste sentido voltamos a falar de uma "lei interior" que nos foi dada pelo Espírito. Somente o Espírito Santo pode infundir vida nova através de um texto redigido pelos homens e aprovado pela Igreja.

Também é essencial à Aliança a fecundidade. A Igreja, Povo de Deus nascido da Nova Aliança pela morte de Jesus, vai crescendo em nú-

mero de filhos e em santidade. Acho que, de modo análogo, hão de crescer os Institutos — em número de vocações, em maturidade e alegria de santidade — na medida em que se amem e vivam as novas Constituições. Há pessoas que são escrupulosamente fiéis a todos os detalhes de uma Lei, mas não sabem descobrir o próximo que está perto delas e o modo concreto de amá-lo.

3. Sentido eclesial

“Vós sois o Corpo de Cristo, e cada um em particular membro deste Corpo” (1 Cor 12,27).

As vezes me perguntam os Bispos se o novo texto das Constituições expressa suficientemente o mistério da Igreja. De fato as Constituições renovadas são fruto de um inesquecível acontecimento eclesial: a celebração do Concílio Vaticano II que concentrou suas reflexões sobre o Mistério da Igreja e sobre sua missão essencialmente evangelizadora. Isto tem que refletir-se fundamentalmente no novo texto das Constituições, o qual deve levar em conta sempre estas três realidades intimamente relacionadas: Deus, a Igreja, o homem.

No momento o novo texto é fruto de um sincero amor à Igreja, de um verdadeiro desejo de ser fiéis às exigências do Concílio Vaticano II. Por isso mesmo, é fruto de uma busca sofrida e gozosa, de uma reflexão profunda e compartilhada, de uma oração pessoal e comunitária. Na maioria dos casos eu diria que as novas Constituições foram “rezadas” e “experimentadas” antes de serem escritas. Em muitos casos, o que se

acha formulado por escrito não chega a expressar suficientemente o que foi rezado, sofrido ou sentido com júbilo.

É claro que nem todos os textos expressam com a mesma intensidade o mistério da Igreja. Há, porém, uma inspiração fundamental que penetra todos eles: uma visão mais profunda e completa da Igreja como “sacramento universal de salvação”.

Não falamos agora da mediação da Igreja na ereção dos Institutos e na aprovação de suas Constituições. Esta mediação supõe na Igreja (nos membros da Igreja responsáveis por esta mediação) um especial espírito de fé e de amor, de pobreza, de oração e de cruz, para discernir no Espírito o desígnio salvífico de Deus. Trata-se de confirmar um carisma e de assegurar a fidelidade de um Instituto. Isto não é humanamente fácil. Exige-se um grande esforço de aprofundamento histórico e doutrinário, feito a partir da oração e em diálogo com os responsáveis pelo Instituto. De todos se requer uma docilidade plena ao Espírito. Não se trata de criar coisas novas, e, muito menos, de impô-las; trata-se de ser fiéis ao Espírito Santo. Na pobreza e na oração, na busca pessoal e na reflexão comunitária, na consulta e no diálogo, os religiosos escutarão a sua voz.

É essencialmente necessária a mediação da Igreja. Uma vez mais, são aplicáveis e válidas as palavras do Senhor: “Quem a vós escuta a mim escuta” (Lc 10,16). No entanto, a quem compete, em nome da Igreja, julgar a fidelidade e o conteúdo essencial de um texto constitucional,

pede-se que ouça primeiro o Senhor, atitude que supõe muita pobreza, muito amor, muita oração. Na Igreja, todo serviço exige muita contemplação e muita cruz.

Eu gostaria de destacar agora dois aspectos deste sentido eclesial no novo texto das Constituições: um se refere ao próprio conteúdo, e o outro é mais exterior ao texto e se refere à sua celebração na Igreja local.

Quanto ao primeiro aspecto, é necessário que no texto constitucional se respire constantemente o Mistério da Igreja. Ao ler um novo texto, a pessoa tem de sentir que por ali está passando o Espírito de Deus, que agiu profundamente no Concílio Vaticano II. Na própria formulação, devem-se poder reconhecer facilmente inspirações evangélicas e conciliares. Diríamos que existe agora um novo estilo na Igreja: mais positivo, mais simples, mais básico. Aliás, sempre no que tange ao conteúdo, um novo texto constitucional tem de expressar claramente que a vida consagrada é um modo original e único de ser Igreja. Isto significa que não deve ela parecer algo "incorporado" à Igreja, mas algo que nasce da própria fecundidade da comunhão eclesial. Evitar-se-iam, assim, dualismos fáceis entre Igreja e vida consagrada, entre comunidade eclesial e comunidade religiosa, entre religiosos e pastores. É necessário sublinhar claramente o essencial: a comunhão eclesial orgânica dentro da qual o Espírito Santo gera um Instituto e distribui seus carismas, como quer, para a edificação do Corpo.

O segundo aspecto refere-se à celebração local do novo texto das

Constituições, isto é, à sua recepção na Igreja Particular e à repercussão que tem sobre a comunidade local. Dentro da perspectiva de uma Igreja local, que sentido têm as novas Constituições. Normalmente, elas são recebidas como algo próprio e reservado. E, em certo sentido, é lógico que assim o seja: existe algo de íntimo nas Constituições que não pode ser comunicado superficialmente a todos. Mas o próprio fato de "celebrar" as novas Constituições deve ser um acontecimento eclesial: um Instituto é sempre um dom do Espírito à Igreja. As Constituições expressam a natureza, o fim específico (a espiritualidade, o carisma de um Instituto). E isto não pode ficar reservado apenas à família de consagrados. Além disto, a renovação profunda que as Constituições pretendem operar num Instituto, como instrumento do Espírito Santo, deve repercutir necessariamente na comunidade eclesial. Toda a comunidade eclesial deveria sentir-se beneficiada com este novo sopro do Espírito que sacode o Instituto e se manifesta ou se concretiza no novo texto das Constituições. De certo modo, a comunidade eclesial, a que essencialmente pertence uma família de consagrados, tem de se converter em testemunha privilegiada de sua fidelidade ao Espírito.

Penso, sobretudo, na participação do Bispo no júbilo de uma comunidade de sua diocese que recebe o novo texto. Penso na responsabilidade do Bispo que deve interessar-se, como Pastor, pela fidelidade desta comunidade. Talvez o primeiro exemplar do novo texto devesse ser para o Bispo. Compreendo que, em

muitos casos, não se possa fazer isto; mas acho que, pelo menos, poder-se-ia fazê-lo com o Bispo do lugar onde se encontra a Casa Generalícia. E que bom seria se o próprio Bispo entregasse, em nome da Igreja, o novo texto a suas comunidades religiosas! Melhor ainda — onde tal fosse possível — durante uma celebração litúrgica de que a comunidade eclesial também pudesse participar. Lembro-me de um caso verdadeiramente exemplar: certa vez fui convidado para presidir uma concelebração eucarística, durante a qual se entregaria ao Conselho Geral o novo texto das Constituições. A cerimônia realizou-se na Catedral, com a participação ativa do Bispo que, por sua vez, leu diante de toda a comunidade eclesial o Decreto de aprovação das novas Constituições. Parecem-me muito significativos o gesto de comunhão e a responsabilidade eclesial de fidelidade assumida por todos.

Conclusão

“Eu sou a serva do Senhor; faça-se em mim segundo a tua palavra” (Lc 1,38).

Desejo chegar a uma conclusão. Vivemos um momento providencial nos Institutos de vida consagrada. Os Capítulos, em sua maior parte, foram verdadeiramente uma celebração pascal; um de seus melhores frutos foi o novo texto das Constituições: mais simples, mais evangélico, mais eclesial. Com a aprovação oficial da Igreja pode constituir um magnífico instrumento de renovação no Espírito. Será um texto que inspirará a santidade de seus membros e preparará momentos felizes de novas e esperadas vocações.

O novo texto, porém, terá de expressar a novidade pascal do Espírito, ser acolhido no contexto de uma nova Aliança de amor e ser vivido na plenitude jubilosa de uma verdadeira comunhão eclesial.

Que o Senhor conceda isto, por intercessão de Maria, que foi proclamada feliz porque acolheu em silêncio a Palavra, a contemplou e se entregou a ela com alegre fidelidade de serva. A verdadeira felicidade de Nossa Senhora foi esta: dizer Sim à Palavra, realizá-la interiormente e entregá-la simplesmente aos homens como Palavra de verdade, de reconciliação e de salvação para o mundo inteiro.

Como se resolve um conflito numa comunidade religiosa?

O conflito numa comunidade religiosa deve se resolver como se resolvem os problemas entre irmãos. Ou seja, no respeito, na compreensão, na humildade, no diálogo sereno, na aceitação de um legítimo pluralismo. Uma **falsa unidade** paraliza toda atividade porque oculta dissimulações. **Só a caridade** supera as diferenças e as barreiras. Só o amor do Senhor é maior do que nossas resistências e fraquezas.

ORAÇÃO E A NOSSA EDUCAÇÃO NA FÊ

Marcello de Carvalho Azevedo S.J.

Marcos e o evangelho

Um possível enfoque da oração a partir do evangelho de Marcos pode se inspirar no destaque que nele têm JESUS e os DOZE e na mútua relação e constante interação entre eles.

Na seqüência dos quatro evangelhos, o de Marcos foi o primeiro a ser escrito. Tudo indica que antes dele não havia mais que coleções separadas de fatos e ditos de Jesus e, especialmente, uma narrativa da Paixão. Conservadas pelas comunidades cristãs, eram usadas para a instrução de seus fiéis e catecúmenos. Mais, portanto, do que Mateus e Lucas, que já puderam contar com o seu modelo, Marcos foi pioneiro criativo, no grupar sob a forma de um só livro tão dispersas tradições. Quanto sabemos, foi também ele o primeiro a apropriar-se a palavra grega "euangelion" para designar uma obra escrita (1,1). Antes dele, "evangelho" referia-se à proclamação oral da boa nova da salvação em Cristo. Este é o uso paulino do termo, adotado, de resto, também por Marcos (1,15 e 10,29).

Willi Marxsen tem o mérito de haver aberto a perspectiva da história da redação de Marcos (1). Ensejou com isto toda uma nova descoberta de valores e características deste evangelho. Entre estes, o marco teórico de Marcos, que lhe dá unidade ao relato, à teologia e à cristologia; a coerência teológico-simbólica de seu quadro de referências geográficas, que apontam para a bipolaridade Galiléia-Jerusalém (ver pp. 33-61). Em Marcos, sublinha Marxsen, confluem duas correntes da primitiva pregação cristã. Uma, conceitual-teológica, é representada entre outros por Paulo. A outra, querigmática-visual, utiliza a assim chamada "tradição sinótica". Marcos as integra num trabalho próprio e o termo "evangelho" expressa bem sua intenção real. Ele é certamente um redator. Elabora como um autor. E está a serviço de seu ponto de vista teológico, que é a proclamação (ver p. 99). Marcos realmente escreve um evangelho. Mateus apresenta em seu livro uma coleção de evangelhos etiologicamente articulada à vida de Jesus. Lucas redige uma "vida" de Jesus (ver p. 101, nota 1).

O evangelho de Marcos tem **dois** grandes lanços, com distintos traços. O **primeiro** vai do início até 8,26. O **segundo**, de 8,31 até 16,8 (2). Entre os dois, a profissão de Pedro (8,27-30) funciona como um texto gonzo (3).

Na **primeira** parte, Jesus atrai as multidões. Impressiona-as, tanto quanto aos discípulos, com seu poder taumaturgo (1,22.27-28; 2,5; 4,40; 5,42). Suscita neles a admiração e o seguimento. Ao mesmo tempo, Jesus se defronta já com uma declarada oposição, que se vai sempre mais endurecendo. De 2,1 a 8,27, há nada menos que oito controvérsias entre Jesus e os escribas e fariseus. Deixam claro um profundo desacordo em questões fundamentais (2,6-7.16.18.24; 3,1-6.22; 8,11). Se todo este conflito tende a afastar de Jesus os chefes religiosos (3,6), ele não menos coloca à prova a atitude dos apóstolos. Esta culmina na confissão de Pedro (8,27-30), um verdadeiro divisor de águas que define os Doze.

Introduz-se então a temática de fundo da **segunda** parte: a previsão da paixão e morte, escandida no modo ternário que é tão caro a Marcos (8,31; 9,31; 10,33-34); a hostil radicalização dos judeus e o progressivo distanciamento do povo. Depois da declaração de Pedro (8,27-30), está praticamente encerrado o período dos milagres, com apenas duas importantes exceções (9,14-27; 10,46-52). Não são mais primordialmente as multidões que ocupam Jesus (ver, contudo, 9,14-27; 10,1.46, 11,8 e 12,37). Reduzem-se os litígios públicos. Jesus intensifica então a

educação dos Doze, fio condutor de todo este evangelho (4).

Jesus

Numa feliz formulação de Marxsen, Jesus em Marcos é, a um tempo, sujeito e objeto do evangelho. Marcos sintetiza em um só o Jesus terreno e o Jesus glorificado. Paulo já o fizera também, pois para ele tanto o ressuscitado como o elevado é sempre o crucificado e vice-versa. O peculiar de Marcos, todavia, é que ele não apresenta o "crucificado" da tradição paulina através da apropriação deste mesmo termo. Usa antes a tradição relativa ao Jesus terreno. Esta é agora proclamada pelo Senhor ressuscitado (ver p. 99 e 145). Em outras palavras, Marcos parte do Jesus glorificado e o visualiza com os dados da tradição sobre o Jesus histórico e crucificado (16,6).

Por isso, o Jesus de Marcos é plenamente **humano**. É o carpinteiro de Nazaré, o pregador da Galiléia. Mostra-se limitado no seu poder (6,5-6). Admite não ter acesso a certos conhecimentos (13,32). Conclui sua vida num atestado impressionante de sua humanidade (15,34). Tudo isto é enunciado em Marcos com simplicidade e sem excusas ou explicações. Jesus é também o "**Filho do Homem**", designação enfatizada em Marcos com clara acepção escatológica ou apocalíptica (5) (8,38; 13,26; 14,62), embora não exclusiva (2,10.28; 9,12b; 10,45; 14,21.41). Jesus é o "**Cristo**" (1,1; 8,29; 14,61), associado no primeiro texto a "Filho de Deus", em algumas redações e, nos dois outros textos, a "Filho do Homem". Jesus (6) é, finalmen-

te, o **"Filho de Deus"**, enunciado desde o início e sempre em pontos importantes para o evangelho como um todo (1,1.11; 9,7; 3,11; 5,7; 14,61) e reafirmado quase ao fim, na profissão do centurião (15,39). Para além destes textos, emergem duas passagens chaves, que devem ser entendidas nesse contexto. Nelas, Marcos faz Jesus interpretar os títulos **"Cristo"** e **"Filho de Deus"** pelo uso de **"Filho do Homem"**. A primeira passagem é a confissão de Pedro (8,29-30). A segunda, é a resposta de Jesus à interpelação oficial do Sumo Sacerdote (14,61-62). Perrin vê aqui o clímax de Marcos, em conteúdo e redação. Nesta expressa afirmação de Jesus, tem seu desenlace o **"segredo messiânico"**, um foco persistente no evangelho de Marcos e no estudo sobre ele (7).

Marcos coloca este Jesus no coração de sua obra. Jesus é consciente de sua missão (1,38), intimamente ligada ao anúncio da boa nova e ao ministério da palavra que convida à fé e à conversão (1,14-15). O que Lambrecht (8) observa em relação ao capítulo quarto pode ser praticamente estendido ao evangelho todo, como o faz, por exemplo, Radermakers (9). Jesus é a figura central. Ele é quem age. Dirige-se à multidão, ensina e proclama a palavra. Fala em parábolas ao povo e ele mesmo as explica aos Doze. Na mente de Marcos, Jesus é o próprio semeador da palavra. Esta cresce silenciosa e propicia abundante colheita (4,26-29: uma parábola só referida por Marcos). O evangelista parece fascinado pelo Jesus que fala, tem iniciativa, continua e recomeça sempre, mesmo quando os Doze não sabem o que fa-

zer ou quando se lhe opõem os fariseus e, depois, também o povo.

Diante deste Jesus, os homens devem tomar posição. Na **primeira** parte, sobretudo na seção em que é tematizada a autoridade de Jesus em palavras e em obras (1,16-3,6), Marcos sublinha repetidamente a perplexidade de muitos que sobre ele se questionam (1,27; 2,7; 4,41; 6,2). Depois, é o mesmo Jesus a sondar diretamente os Doze (8,27-29). Já na **segunda** parte, Jesus espontaneamente manifesta aos Doze o seu destino, em que pese a incompreensão dos que o ouvem (8,31; 9,31; 10,33; 14,21.41). E, para além destes fatos ao seu alcance e que lhes será dado constatar em vida, Jesus lhes descortina um horizonte escatológico, que lhes faz apelo à fé (8,38; 13,26; 14,62) (10).

"Os Doze"

"Os Doze", designação privilegiada por Marcos para indicar os apóstolos, aparece em sete passagens (3,14.16; 4,10; 6,7; 9,35; 10,32; 11,11; 14,10.17.20.43 — todo este capítulo gira praticamente em torno dos Doze). Estas podem ainda ser completadas com outras referências a eles (1,16-20; 6,30; 8,27-30; 16,7).

Dois traços chamam a atenção nestes textos, que são como vértebras da espinha dorsal deste evangelho. O **primeiro**, é o sentido de chamado, de vocação, implícito em quase todos, mas particularmente explícito em 1,16-20; 3,16-19; 6,7 e 9,35. O **segundo**, é o cunho de proximidade, de intimidade, de relação direta entre Jesus e eles. Esta nota está presente em 3,14 (**"... chamou**

para junto de si àqueles que ele mesmo queria e eles se acercaram dele. Escolheu doze para estarem **com ele e enviá-los a pregar**"; em 4,10 ("...quando ficou sozinho, os que o seguiam com os doze..."); em 4,34 ("...em particular, explicava tudo aos seus discípulos..."); em 6,30 ("...reuniram-se... com Jesus"; em 8,27-30 ("...foi Jesus com seus discípulos...; ...no caminho perguntou a seus discípulos... E vós, quem dizeis que eu sou?"); em 9,35 ("...uma vez em casa... tendo se sentado, chamou aos doze"); em 10,32 ("...tomou novamente os doze a parte..."); em 11,11 ("...saiu... com os doze"); em 14,17-25 ("Já descida a tarde, chega Jesus com os doze. Estavam à mesa e comiam"); em 14,26-42 ("Saíram para o monte das Oliveiras..." — e aqui é impossível referir a abundância de pormenores). Os dois nervos hermenêuticos de todos estes textos nos são dados em 3,14 — chamados para **estarem com ele e para enviá-los** — e em 4,11 — **a eles é dado o mistério do reino**.

Há ainda o caso seletivo de Pedro, Tiago e João, que "Jesus tomou consigo", para a Transfiguração (9,2) e para o Getsêmani (14,33), como já o havia feito na casa de Jairo (5,37) e o fará com Pedro, após a ressurreição (16,7).

Jesus e os Doze.

Esta vocação a uma relação personalizada com Jesus se reveste, no evangelho de Marcos, de uma índole marcadamente **educativa**. A intimidade é, a um tempo, clima e instru-

mento de uma pedagogia particular e intensa. Contrariamente a Mateus e Lucas, em cujos evangelhos os apóstolos aparecem quase sempre de modo favorável, no texto de Marcos Jesus com freqüência neles sublinha ou a ignorância ou a lentidão de entendimento. Fala mesmo de "corações endurecidos". Por outro lado, muito cedo em Marcos percebe-se que os Doze são chamados, de modo especial, a uma compreensão mais plena daquilo que Jesus anuncia: "A vós é revelado o mistério do reino de Deus. Aos outros, porém, é transmitido em parábolas" (4,11).

Na **primeira** parte (1,1-8,26), há dois casos análogos em que os Doze manifestam não ter entendido o que disse Jesus e se adiantam a perguntar-lhe o sentido das parábolas (4,10; 7,17). Jesus manifesta estranheza em ambas as ocasiões (4,13; 7,18). Há, também na primeira parte, dois outros casos paralelos. Nestes, Jesus é quem percebe não terem eles entendido não tanto o que ele disse, quanto o que ele fez: 6,50-52 — "E ficaram interiormente tomados de grande espanto, pois não tinham compreendido o milagre dos pães: o seu coração estava endurecido" — e 8,17-21 — "E comentavam entre si, preocupados por não terem pão. Jesus o percebeu e disse-lhes: Porque vos inquieta não terdes pão? Ainda não compreendeis, nem entendeis? Está ainda o vosso espírito endurecido?"

Na **segunda** parte (8,31 — 16,8), quando Jesus já não mais fala em parábolas, mas claramente, a incapacidade de entender dos Doze se manifesta menos por ignorância e mais

por perplexidade, pela resistência a admitir o que lhes é antecipado. O ponto crucial aqui é o anúncio da paixão e da morte de Jesus. Isto os desorienta por completo.

* **8-31-32** — “E começou a ensinar-lhes que o Filho do Homem deveria sofrer muito... E disse-o abertamente. Então Pedro... começou a censurá-lo...”

* **9,31-32** — “Ensinava aos discípulos e lhes dizia: o Filho do Homem será entregue às mãos dos homens e lhe tirarão a vida; mas, depois de três dias ressuscitará. Eles não compreenderam, porém, estas palavras e tinham medo de interrogá-lo”.

* **10,32-34** — “Jesus ia adiante deles e eles se espantavam... Tomou... os Doze... e declarou-lhes o que o esperava:... Subimos a Jerusalém, e o Filho do Homem será entregue... e o condenarão à morte... e lhe tirarão a vida...”

Jesus atua pedagogicamente em relação aos Doze, seja em cada uma das ocasiões acima referidas, seja em função delas, por antecipação ou em consequência. Nos dois relatos indicados da **primeira** parte (4,10 e 7,17), Jesus oferece aos Doze, a pedido deles, extenso esclarecimento sobre a parábola do semeador e sobre as **atitudes profundas** que geram o pecado (4,14-20; 7,18-23). Nos dois outros casos (6,50-52 e 8,17-21), Jesus se adianta em assegurar-lhes o sentido de sua **presença** (6,50; 8,17.18). Já, na **segunda** parte, o elemento educativo está sobretudo na clareza e coragem com que os prepara para o destino pascal de sua

própria paixão, morte e ressurreição e a firmeza com que pessoalmente o assume. Voltaremos a este ponto, porque aí está o entroncamento da educação dos Doze e da nossa própria educação na fé, eles e nós sob a ação pedagógica de Jesus. A Pedro, Tiago e João, que serão testemunhas do seu Getsêmani, ele deixa entrever, na casa de Jairo, o seu poder sobre a vida e a morte (5,37) e sua especial relação com Deus, na Transfiguração (9,2).

Prospectivamente, Jesus projeta a participação dos Doze em seu mistério de morte e de vida. Ele o fez, primeiro, aos filhos de Zebedeu: “Bebereis o cálice que vou beber, e sereis batizados com o batismo com que vou ser batizado” (10,39). Amplia depois a todos a mesma sorte: “Sereis levados diante de tribunais... para dar testemunho diante deles... Sereis odiados de todos por causa do meu nome” (13,9.13) (11).

O “**estar com Jesus**”, que lhes caracteriza a vocação, significa, pois, para os Doze, de um lado, a percepção e compreensão do mistério do reino que lhes é dado e, do outro, a comunhão com Jesus, na sua missão e, não menos, no seu destino. Toda a ação educativa de Jesus junto a eles responde a estes dois objetivos. Ela se faz num clima de amizade e intimidade, que personaliza a relação entre Jesus e os Doze. Cria-se assim espontaneidade de parte a parte. Surge então uma comunicação viva e constante que vai fazendo crescer a comunhão entre eles.

Um diverso padrão de relacionamento decorre da ignorância-incom-

preensão-r e s i s tência-agressão, que marca a atitude dos fariseus (2,1-12.17-20.24; 3,2-6; 7,8-13). Ainda quando os esclarece e lhes explica, Jesus nada consegue deles. Existe aí uma predisposição de rejeição que os bloqueia e é por Jesus denunciada (2,7-9.24; 3,4-6; 7,13). Há também a superficialidade distante e perplexa de seus parentes (3,21.31-35) e de seus conterrâneos de Nazaré (6,1-6a). Ficam atônitos e chocados. Jesus se admira da incredulidade deles.

Este confronto de atitudes diversas face à pedagogia de Deus revela uma profunda verdade evangélica. Deus atua sobre nós. Mas, sem nós, é impotente em relação a nós. Mistério profundo, que precisamente nos abre para a realidade da oração, para o seu sentido de mutualidade, no nível profundo da relação pessoal entre nós e Deus.

Oração, nossa educação na fé.

Alguns temas do "Pai Nosso", assim como o encontramos em Mateus (6,9-13) e em Lucas (11,2-4), estão dispersos no corpo do segundo evangelho (Mc 4,11; 11,25; 8,17). Marcos, porém, não nos oferece, como os dois outros sinóticos, uma fórmula estilizada do "Pai Nosso". Menos ainda, cria, como Lucas (10,38-11,13), a rica moldura de ensinamentos sobre a oração; para ali situar e destacar o texto explícito da oração do Senhor. Excetuada a do Getsêmani, Marcos acena brevemente à oração pessoal de Jesus duas vezes apenas (1,35 e 6,46) e, numa delas, Pedro vem ainda perturbá-lo (1,35).

Mas, ao manifestar e pôr em primeiro plano este relacionamento pedagógico e confiante entre Jesus e os Doze, Marcos nos dá o **paradigma de uma oração constante, que se articula com a vida**. A contínua interação de Jesus com os Doze traduz-se pela educação deles para o reino e para a comunhão com Jesus e com os irmãos. Isto é a vida mesma feita oração.

A visão de Marcos por este ângulo nos abre um caminho insuspeitável para a vivência realista de nossa oração. Ao respondermos, como os Doze, ao chamado do Senhor e ao entrarmos neste clima espontâneo de intimidade com ele, já se estabelece entre nós o que é essencial à oração: a relação, este contato pessoal entre nós e o Pai, mediada por Jesus. Através dela, a oração se faz educação de nossa fé. Penso identificar em Marcos duas fecundas dimensões neste processo pedagógico de relação orante.

* **Primeiro**, é-nos dado entrever o que só Jesus nos pode revelar sobre ele e sua missão.

* **Segundo**, é-nos dado perceber o que podemos atingir sobre nós e sobre a vida, mas que, com Jesus, passamos a intuir e compreender de um modo novo e imprevisível.

Vamos ver como se traduz isso no evangelho de Marcos. Logo nos daremos conta de como igual processo se vai concretizando em nossa vida, sempre que nos abrimos aos chamados do Senhor e vivemos com ele uma relação de intimidade pessoal. Veremos que, como os Doze, somos também por ele educados lentamente.

+ Percebemos em Jesus o que só ele pode revelar-nos.

É grande ilusão fazer da oração tarefa de estudo ou de pesquisa. Avaliá-la pelo rigor ou riqueza de seu conteúdo racional. A oração, este contato pessoal de nós com Deus, é primordialmente um DOM. Acolher o dom de Deus que se revela, deixar-nos por Ele atingir e transformar, responder com o dom de nós mesmos a Deus e aos irmãos é a dinâmica fundamental da verdadeira oração. O dom de Deus em Jesus aparece de muitos modos no evangelho de Marcos. Jesus dá a perceber aos discípulos e ao povo o que só ele pode revelar (12).

O povo se admira porque ele traz um ensinamento **novo** e o ministra com autoridade (1,22-27). A admiração cresce porque ele faz bem todas as cousas: faz ouvir aos surdos e falar aos mudos (7,37). Mas o dom oferecido nem sempre é acolhido. Jesus em Nazaré revela de si algo mais do que sua gente sabe dele. Isto os scandaliza. Fecham-se em si, atônitos e chocados. Sua incredulidade os torna impermeáveis à ação de Deus, porque, literalmente, ela bloqueia o próprio Deus (6,2-6a).

A transcendência do Verbo e do Filho manifesta-se no Jesus de João, ao longo de todo o quarto evangelho. Não assim em Marcos. Mas, indireta e implicitamente, o Jesus de Marcos não deixa dúvida sobre quem é. Vendo a fé dos que trazem o paralítico, Jesus perdoa a este os seus pecados. A rejeição lavra rapidamente no coração dos escribas: "Só Deus pode perdoar pecados", — eles pensam; mas não dizem... Jesus os lê

no fundo deles mesmos. O dom lhes é oferecido: "Para que saibais que o Filho do homem (13) tem na terra o poder de perdoar os pecados..." E o paralítico anda. Jesus revela de si o que eles não podem entrever. O povo acolhe. Glorifica a Deus, porque nunca viu tal coisa (2,1-12).

Jesus abala ainda outras certezas. O sentido salvífico de sua vinda e o traço de misericórdia e de perdão que o caracteriza elimina a distância que lhe querem impor os fariseus em relação aos pecadores. Oferecido o dom, Levi, filho de Alfeu, o recebe. Não assim os chefes dos judeus (2,13-17).

Jesus também se apresenta como o senhor da lei. Menos por dela dispensar. Mais por conhecer e revelar-lhe o sentido profundo e último, que por completo escapa aos profissionais da lei. Dá-lhes com isso uma nova visão de Deus. Este Deus se afirma nele mesmo, voltado para o bem e a libertação do homem, centrado no amor e na comunhão. Torna-se, então, desnecessária e inadequada a lei para os amigos do esposo. Eles vivem da força de sua presença (2,18-20.24-28; 3,1-6).

E assim é, de fato, com os Doze. Marcos sublinha o **imediato** da resposta de todos eles à vocação do Senhor (1,16-20; 2,14) Eles serão estes amigos que o seguem (14). A eles é revelado o mistério do reino, são explicadas as parábolas (4,11) e é sobretudo anunciado o destino de sua vida (8,31; 9,31; 10,31.33). Esta visão é completada com o descortínio do horizonte escatológico, que a tudo dá sentido, porque o Filho do Homem virá na glória de seu Pai (8,31),

este que é um Deus dos vivos e não dos mortos (12,27). O contato com Jesus filtra em Marcos toda uma cristologia e toda uma teologia. Revelando-se a si, Jesus nos dá de si e de Deus uma visão nova, que o esforço religioso e solícito dos homens não pode nunca alcançar por si. São as portas do dom que a oração nos abre no contato com o Senhor. Isto nos acontece cada vez que Deus nos atrai e nós lhe deixamos a iniciativa de se manifestar. Ele o faz quase sempre dando-nos a perceber dele mesmo o que antes não havíamos visto ou entendido. Ilumina-se então com nova luz sua presença em nossa vida. Amadurece esta relação de amor a Ele, que é o cerne de toda oração e cujo fruto maior é abrir-nos para os irmãos, na perspectiva da missão mesma de Jesus.

Intuímos, com Jesus, em nós e na vida, o que sem ele só percebíamos de outro modo.

Mais do que multiplicar os textos, podemos concentrar-nos em alguns que já sabemos darem a tônica ao movimento interno do evangelho de Marcos. Os ensinamentos que se seguem ao tríplice anúncio da paixão são dados aos discípulos e ao povo num contexto todo particular de atenção de Jesus aos Doze. Em 8,34-38, 9,34-37 e 10,35-40, o que Jesus diz traz consigo uma nova visão da vida, das pessoas e das cousas. Por meio de três variações sobre o mesmo tema, Jesus lhes abre a perspectiva básica e misteriosa do evangelho.

* **8,35** — “O que quiser salvar a sua vida perdê-la-á; mas o que perder sua vida por minha causa e do evangelho, este salvá-la-á”.

* **9,35** — “Se alguém quer ser o primeiro, seja o último de todos e o servidor de todos.”

* **10,43-45** — “Aquele de vós que quiser ser o primeiro, seja o escravo de todos. Pois o próprio Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida em resgate por muitos”.

Este tema da morte para a vida, da perda da vida para encontrar a VIDA, é uma peça central do Evangelho em todas as suas versões (Mt 16,24-27; Lc 9,23-26; Jo 12,24-27). Ele o é sobretudo em Marcos, porque aqui se estreita a correlação entre o sentido da vinda e da missão de Jesus e a condição a ser preenchida por todo aquele que o queira seguir. A estes mesmos homens que acolheram seu convite com expectativas tão diversas e desencontradas (8,32-33; 10,36-37) Jesus dá, de modo surpreendente para eles, a significação última da vida, da vocação e missão, que eles devem perceber, assumir e viver. É pelo referencial de sua própria vida que Jesus lhes reorienta integralmente a vida. Tudo o que lhes anuncia como tempos difíceis e situações heróicas é a consequência inevitável da fidelidade a ele. “Bebereis o cálice que vou beber e sereis batizados com o batismo com que vou ser batizado” (10,38). “Sereis levados diante de tribunais, sereis açoitados em sinagogas e comparecereis diante de governadores e reis por minha causa, para dar testemunho diante deles. . . Sereis odiados de todos por causa do meu nome” (13,9.13).

Tudo isto nos dá de nossa vocação cristã e apostólica um perfil auste-

ro. Deixa-nos claro que são distintos os caminhos de Deus. Contrariamente a João, para o qual a paixão e a morte são triunfo e glorificação, para Marcos elas são a prova concludente de quanto Jesus comunga na realidade frágil de nossa humanidade. Nada aparece tão claro na narrativa de Marcos como a autoridade divina e a presença misteriosa de Jesus. No entanto, é ele mesmo que caminha para a morte e apresenta ao Pai a oblação de sua vida. Nada se atenua em Marcos. O brado de afirmação e de plenitude em João (19,30) — “Tudo está consumado” — ou em Lucas (23,46) — “Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito” — é, em Marcos (15,34), como, de resto, em Mateus também (27,46), um grito de desolação: “Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste?” E este se reforça ainda, no grito indecifrável da própria morte (15,37).

Assim Marcos conclui seu relato sobre Jesus. A mensagem da necessária perda da vida é inquestionável e transparente em sua obra. Ela não é compensada, nem de algum modo revertida, pela ênfase na ressurreição ou pela consolação da nova presença do Senhor, como é o caso nos outros três evangelhos. Marcos anuncia, por certo, a ressurreição. Mas ela é sobretudo para ele a certeza de sua presença, contida na promessa de sua palavra (16,7; 10,34; 14,28) Promessa a ser acolhida na fé. Certeza vivida nesta mesma fé (15).

Conclusão

Na constante perplexidade de nossas vidas, confrontadas com tanta

cousa que não entendemos, nem podemos explicar, com tantas perguntas sem resposta, com tanta incoerência, ambigüidade e mistério, tanto esforço frustrado em nós mesmos, na Igreja e no mundo, a dura simplicidade deste Jesus de Marcos situa precisamente na fé todo o sentido de nossa relação com Deus, na oração e na vida. É por aí que Marcos educa e conforta as comunidades para as quais escreve, pondo em primeiro plano a Jesus que educa os Doze pela sua relação com eles. Este Jesus que serve é apresentado à Igreja que deve servir. Nada de maravilhoso lhe é oferecido. Excluída toda conotação de domínio e de poder, não se lhe dá isenção do sofrimento humano. Mesmo quando Jesus assegura aos discípulos a presença do Espírito que neles falará (13,11), não lhes garante um golpe de cena que de repente os liberte (13,13). A vida do discípulo será marcada por esta cruz ininteligível que se faz libertadora em meio à realidade obscura e ao sofrimento impenetrável.

Não é bem esta a situação interior com a qual nos deparamos tantas vezes? Não é aí que tem sua raiz tanto questionamento nosso sobre quase tudo o que nos cerca? A perseverança na fé, o assumir na própria vida a vida de Jesus é que nos dá o rumo de nossa caminhada. Seremos sustentados pelo apelo do **crucificado que ressuscitou**; de Jesus de Nazaré, o Cristo, Filho do Homem e Filho de Deus, que nos chama como aos Doze, com sua nova força (16,7). Ele nos reúne e nos

associa à sua missão, para que, estando com ele, levemos o evangelho a todos os homens e a todos os povos (Mc 13,10). Transformando-nos, por nós ele transforma o mundo.

Nossa oração é o tecido real de nossa própria vida, de pessoas e de comunidades, compenetrada com a vida de Jesus, nessa inexgotável capacidade divina de integral doação humana pelos homens todos.

NOTAS

(1) — Marxsen, Willi, *Der Evangelist Markus. Studien zur Redaktionsgeschichte des Evangeliums*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1959². Cito esta 2ª edição. A 1ª é de 1956. Ver tb. Martin, Ralph P., *Mark: Evangelist and Theologian*. Exeter, The Paternoster Press 1972, pp. 12ss. — A chave para a história-crítica-da-redação — (Redaktionsgeschichte) é a possibilidade de distinguir o material usado pelo evangelista e a atividade editorial-literária deste no processo de composição. Esta distinção permite identificar a visão teológica própria do autor. Ver sobre sua aplicação a Marcos as observações matizadas de Perrin, N., *The Christology of Mark*, em Sabbe, M. (ed.) *L'Évangile selon Marc, Tradition et rédaction*, Leuven, Leuven Univ. Press, 1974, pp. 471-485. Para uma abordagem interessante e original do Ev. de Mc., de um ponto de vista da técnica atual de redação como comunicação, ver Rhoads, D. e Michia, D. *Mark as Story*, Philadelphia, Fortress, 1982. (2) — Não vou considerar aqui o trecho final de Marcos, 16,9-20. A conclusão de Mc é sabidamente um dos problemas mais difíceis para a crítica neo-testamentária. Para um aprofundamento da questão ver Hug, J., *La finale de l'Évangile de Marc (Mc 16,9-20)*, Paris, Gabalda, 1978 e Aland, K., *Der Schluss des Markusevangeliums*, em Sabbe, M. (ed.), ver o.c. acima, na nota (1), pp. 435-470. (3) — Não pretendo aqui entrar em interpretações e/ou controvérsias exegéticas. Utilizo, para a finalidade **espiritual** do artigo, estudos bíblicos bem fundados. Sem reportar toda a bibliografia consultada, indico em notas, para a informação do leitor, alguns autores e obras que calçam ou ilustram as afirmações de cunho bíblico no meu texto. (4) — Ver Martini, Carlos M.,

L'itinerario spirituale dei Dodici nel vangelo di Marco, Roma CIS, 1980⁶; Meye, Robert P., *Jesus and the Twelve*, Grand Rapids, Michigan, W. B. Eerdmans Publ. Co. 1968; Schweizer, Eduard, *The Good News According to Mark*, Richmond VA, John Knox Press 1970, esp. pp. 165-223. (5) — Ver Perrin, N., *The Creative Use of Son of Man by Mark*, em *Union Seminary Quaterly Review* 23 (1967/68) 357-365; *The Son of Man in the Synoptic Tradition*, em *Biblical Research* 13 (1968) esp. p. 12. "Filho do Homem" nunca é encontrado em Mc senão nos lábios do próprio Jesus. Possível exceção Mc 2,10. (6) — Alguns manuscritos não mencionam em Mc 1,1 o título "Filho de Deus". Desde o início, porém, ele foi justificado com frequência. Corresponde certamente à cristologia da elaboração redacional do evangelho de Mc. Poderia, pois, ser atribuído diretamente ao autor, sem excluir a eventualidade de ter sido introduzido por interpoladores ou copistas. Ver Pesch, Rudolf, *Das Markusevangelium*, Freib. i. Br., Herder, 1976, 1º vol. p. 77. (7) — O chamado "segredo messiânico" é a reiterada prescrição no ev. de Mc, que proíbe a proclamação do que é extraordinário em Jesus, o que o revelaria logo como sendo o Messias ou o Filho de Deus. Jesus, em seus modos de agir, em suas recomendações aos discípulos, às pessoas curadas ou as demônios, em seus ensinamentos em parábolas, dá grande importância a que não se antecipe a percepção de sua identidade. Sobre o "segredo messiânico", desde a obra clássica de Wrede, W., *Das Messiasgeheimnis in den Evangelien*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht 1963 (1ª ed. 1901) até o presente, ver Räsänen, Heikki, *Das "Messiasgeheimnis" im Markusevangelium*, Helsinki, Länsi

Suomi, 1976; Robinson, James M., *The Problem of History in Mark*, Philadelphia, Fortress Press, 1982, esp. pp. 19-28; Pesch, Rudolf, *Das Markusevangelium*, Freiburg i. Br., Herder, 2º vol. 1977, pp. 36-47. Sobrino, Jon, *A oração de Jesus e do Cristão*, S.P., Ed. Loyola, 1981, pp. 24-25 distingue, na pregação, como na ação de Jesus, entre um referencial totalizante e estratégias concretas. Parece situar nestas últimas o "segredo messiânico". À pág. 67, nota Sobrino: "É mérito de Fernando Belo, *Lectura materialista del Evangelio de Marcos*, haver mostrado a **atividade** de Jesus também a partir de suas estratégias concretas. Ver abaixo nota 12. (8) — Lambrecht, Jan, *Redaction and Theology in Mk IV*, em Sabbe, M. (ed), ver o.c. acima, na nota (1) pp. 269-307 e tb. de Lambrecht, *Once More Astonished: The Parables of Jesus*, NY, Crossroads, 1981. (9) — Radermakers, J., *L'Évangile de Marc. Structure et Théologie*, em Sabbe, M. (ed) ver o.c. acima, na nota (1) pp. 221-239, esp. p. 235. (10) — Do ponto de vista teológico, podemos dizer que os três usos redacionais de "Filho do Homem" espelham os três lanços da cristologia de Marcos, embora os três já se encontrem na tradição anterior a Marcos: a aceção escatológica ou apocalíptica, a afirmação da autoridade de Jesus em seu ministério público e o uso apolo-gético relativo à paixão e à cruz. (11) — As três perícopas que compõem o anúncio da paixão (8,31-9,1; 9,30-37; 10,32-45) são centrais na estrutura literária do ev. de Mc. Todas têm a mesma organização interna: **predição-incompreensão-ensinamento**. Cada uma é uma forma de interpretar a confissão de Pedro e de completá-la, nesse contexto preciso em que Mc apresenta sua teologia da cruz (8,27-10,45). Ver Perrin o.c. acima, na nota 1, p. 476. Veremos abaixo a importância que tem

para nós esta observação. (12) — Na obra original e muito trabalhada de Belo, Fernando, *Lecture Matérialiste de l'Évangile de Marc. Récit-Pratique-Idéologie*, Paris, Cerf, 1975, 2e. éd., parece-me não emergir a dimensão de DOM, essencial, a meu ver, à articulação **evangelho-fé-vida**. A não percepção pode dever-se à dificuldade da leitura. Como observa Gomez de Souza, L. A., *Classes populares e Igreja nos caminhos da História*, Petrópolis, Vozes, 1982: "Fernando Belo realizou um trabalho pioneiro. É pena que a acumulação de categorias da tradição althusseriana afogou o trabalho de análise e o apresenta demasiado formalizado e rígido" pág. 50, nota 21. Ver acima, fim da nota (7). (13) — Sobre o uso de Filho do Homem nesse texto (Mc 2,10), ver Perrin, o.c. acima, na nota (1), p. 477, nota 17 e p. 481, nota 24. (14) Dois pormenores importantes em relação aos apóstolos em Mc. O primeiro, é que eles são pessoas com um trabalho fixo. Jesus os chama quando estão no exercício dessa profissão que lhes dá sustento e uma definida posição no mundo real do trabalho (Mc 1,16-19; 2,13-14). O segundo, é a imediata resposta deles ao convite (1,20; 2,14). (15) — A **FÉ** tem em Mc um grande destaque. Está com freqüência associada à oração. Esta relação fé-oração pode ser vista pelo ângulo da oração proposto neste artigo. 1) A fé aproxima de Jesus a pessoa (Paralítico, 2,5; Jairo, 5,23; Hemorroissa, 5,28; Cananéia, 7,29; Pai do menino, 9,24; Bartimeu, 10,52) — 2) A fé da pessoa liberta Jesus para a sua ação (5,30.34.36; 10,52), como a falta de fé o bloqueia (4,40; 6,6; 9,19). 3) Jesus enfatiza o teor e a força da oração da fé: a) sem medo, nem dúvida (5,36; 9,22; 11,22-24); eficaz (9,29; 13,18; 14,38) b) O fundamento da oração na fé é a certeza de que a Deus tudo é possível (9,23; 10,27; 14,36).

Deus atua sobre nós. Mas, sem nós, é impotente em relação a nós. Mistério profundo, que precisamente nos abre para a realidade da oração, para o seu sentido de mutualidade, no nível profundo da relação pessoal entre nós e Deus.

A VOCAÇÃO DE ESPECIAL CONSAGRAÇÃO NA IGREJA. DESAFIOS E PERSPECTIVAS

*Vocação é resposta a um desafio.
Desafio é pro-vocação. É um convite não programado
que sugere esforço, luta, saída e caminhada,
não sem riscos. Desafio é, ao mesmo tempo, promessa
de vitória, realidade que atrai e força, dá esperanças.*

Dom Vital Wilderink, O. Carm.
Itaguaí, RJ

Numa entrevista o escritor Graham Greene deu a sua opinião a respeito do problema das vocações na Igreja de hoje: "Estou convencido de que a redução no número de vocações tem relação com o fato de que não dimensionamos bem a atração exercida por um chamado difícil e perigoso. As pessoas se engajam numa aventura total. Elas são atraídas por uma Igreja que oferece perigo" (1). Devemos concordar com Greene: a vocação de especial consagração só terá perspectivas na medida em que for resposta a um desafio.

Ao falar sobre vida consagrada, seguimos a definição que lhe é dada pelo novo Código de Direito Canônico: uma forma estável de viver caracterizada pela profissão dos conselhos evangélicos (2). O Código enumera suas várias formas, reconhe-

cidas oficialmente pela Igreja. São dons que o Espírito Santo concede à Igreja. Outras formas, porém, poderão surgir, pois o Espírito sopra onde quer. Aos bispos, nas suas Igrejas, cabe discernir e incentivá-las.

Vocação é resposta a um desafio. Desafio é pro-vocação. É um convite não programado que sugere esforço, luta, saída e caminhada, não sem riscos. Desafio é, ao mesmo tempo, promessa de vitória, realidade que exerce atração e força, dá esperança, abre perspectivas.

Na Sagrada Escritura os desafios de Deus são constantes. Deus se revela como promessa que convida a uma mudança de posições. Isto aparece com muita clareza nos profetas: "Não fiquéis a lembrar coisas passadas, não vos preocupeis com acon-

tecimentos antigos. Eis que vou fazer uma coisa nova, ela já vem despontando: não a percebeis? Com efeito, estabalecerei um caminho no deserto, e rios em lugares ermos" (Is 43, 18-19).

O que está na raiz de uma vocação é a promessa do Deus fiel. Promessa que suscita pessoas e grupos de pessoas que continuam a testemunhar que o impossível permanece possível. A vocação torna-se, ela mesma, uma tradução histórica do desafio de Deus. Viver assim é perigoso, tem conseqüências. É uma busca de caminhos novos, interfere nas relações humanas existentes, na ordem estabelecida, nos posicionamentos considerados normais. O primeiro atingido por tudo isso é o próprio vocacionado. A vocação de especial consagração tem uma radicalidade que é definida pela promessa de Deus. O que faz com que ela seja uma constante descoberta e aprendizagem. Neste processo não se escapa das tentações de voltar atrás ou de reduzir a promessa de Deus a uma questão de prestígio humano. O vocacionado anda com um "sonho" na mão. Ele se espanta diante das nuvens da ambigüidade quando tenta realizá-lo. A radicalidade evangélica parece evaporar-se quando se põe os pés no chão. O consagrado tem a impressão de entregar o ideal, mas quer continuar a lutar por ele. Será que tudo isso decorre do próprio desafio de Deus?

É preciso que o consagrado cultive os desafios e as perspectivas de sua vocação. Para isto não basta uma simples perseverança nos engajamentos assumidos, custe o que custar.

É necessário descobrir a própria consagração como uma exigência radical, arraigada na profundidade da pessoa, como que fundida com sua razão de ser. Motivações de ordem intelectual ou afetiva ajudam nessa tomada de consciência. Contudo, essa exigência fundamental tira a sua seiva de um nível mais profundo, da própria fé.

A fidelidade à exigência fundamental supõe uma força contemplativa. Ela é adquirida ao longo da vida e vem acompanhada de uma lucidez, de uma integridade intelectual que nada deve cercear, de uma espera no recolhimento, de uma atenção perseverante em suprimir as distâncias que opõem ou separam o que penso, o que faço, o que digo.

Do plano da fé, onde a vida do consagrado é descoberta como efeito da graça e como exigência radical, passa-se ao amor da caridade que leva à comunhão fraterna. Esta supõe uma nova maneira de encarar as pessoas e as coisas e uma liberdade interior característica do contemplativo. Quem descobre o sentido da própria vocação, como uma exigência radical, não vive a partir de modelos já prontos. Ele é pobre, livre para amar e capaz de enxergar o outro.

A promessa do Deus fiel desencadeia o dinamismo criador da esperança. Percebida como uma exigência no mais íntimo da pessoa e, ao mesmo tempo, como algo que nos transcende, ela não admite nenhuma limitação **a priori** nas suas manifestações e conseqüências. O consagrado descobre sua vocação como uma missão. Os desafios que encontra ao longo de sua vida transformam-se

em sinais do desafio de Deus. Há quem fique paralisado diante deles, incapaz de descobrir na própria vida a dimensão missionária. Outros se engajam por conveniência ou por simples entusiasmo. Falta o espaço interior que possibilita o discernimento. Daí resulta, não raras vezes, o que poderíamos chamar de "turismo" religioso e pastoral. A busca que caracteriza a vocação do consagrado não é feita simplesmente a partir de impulsos da afetividade, das andanças da imaginação, das construções lógicas do intelecto. Seria uma tremenda limitação dos nossos engajamentos por numerosos e espetaculares que sejam. A aceitação dos desafios deve vir "de dentro", da vocação descoberta como uma exigência radical, tão inseparável da pessoa que a sua recusa não seria uma simples incoerência ou desobediência, mas uma negação de si mesma.

O desafio da gratuidade de Deus

A vida consagrada é significativa porquanto fala da vida cristã e da vida humana. E há muito a dizer sobre essa vida. Seus aspectos são múltiplos e variados. As ciências progridem e se dividem em inúmeras ramificações diante das surpresas da vida humana. Cada avanço científico é também, de alguma maneira, um retrocesso, um novo começo das pesquisas cujas parcialidades foram descobertas. Na raiz das ciências humanas existe uma declaração de insuficiência e, mesmo, da incapacidade. Quando estas não são reconhecidas e assumidas, a ciência torna-se expressão de idolatria e instrumento de agressão.

As expressões artísticas do homem procuram cobrir o espaço do não-sabido, deixado em aberto pelo saber científico. A poesia, dizia Ortega Y Gasset, aumenta o mundo "associando ao real, que existe por si mesmo, um irreal continente". A arte interpreta o imponderável da vida, mesmo se utiliza na sua linguagem o material que as ciências lhe colocam à disposição.

O cristão não reserva para si um terceiro ou quarto espaço. Ele está presente na história dos homens com suas tentativas e sondagens, com suas conquistas e interrogações. A sua fé não o faz olhar por cima do complexo panorama que a realidade lhe oferece. Mas ele tem algo a dizer, pela palavra e pelo testemunho, sobre o que ele e os outros estão vivendo. O que ele tem a comunicar não é simplesmente dele. Se fosse assim, a notícia não seria tão nova porque, de uma ou outra maneira, já estaria nas premissas do próprio processo histórico em que ele mesmo está inserido. Não! O que ele tem a dizer é completamente novo. Não é mais uma solução, acrescentada às possíveis saídas que os homens já se propuseram para a sua história intrincada. A notícia que ele tem a comunicar, e que já está correndo o mundo, é que a própria fonte da vida se manifestou, que dentro da história o Senhor da história tomou a última palavra: "O que era desde o princípio, o que ouvimos, o que vimos com nossos olhos, o que contemplamos e nossas mãos apalparam da Palavra da vida... vo-lo anunciamos para que estejais também em comunhão conosco. E a nossa comu-

nhão é com o Pai e com seu Filho Jesus Cristo" (I Jo 1, 1-4).

A iniciativa gratuita de Deus não tem seu trampolim dentro da história feita pelos homens. A própria resposta do homem mergulha no mistério da graça de Deus. Ela retoma esta mesma história sob uma nova luz, envolve-se nela através da liberdade e responsabilidade humana. Mas, a gratuidade de Deus não começa a comunicar-se ao homem no momento em que este tem experiência dela. A luz que o homem desfruta hoje, o torna capaz de ler a história de ontem. É uma visão nova, uma visão viva, progressivamente mais rica e essencialmente dinâmica, embora sempre inacabada e imperfeita por intensa que seja. Contudo, suficientemente clara e precisa para motivar a nossa vida e dar-lhe uma unidade interior, estabelecendo uma coerência nos seus passos e aspectos.

A gratuidade de Deus não é simplesmente meta da caminhada, ideal que escolhemos como razão suprema da nossa vida, do nosso ser e do nosso agir. É muito mais uma Presença que se dá, com que nos encontramos antes de começar a andar. "Não fomos nós que amamos a Deus, mas foi ele quem nos amou" (I Jo 4,10). Estamos aqui diante da dimensão mística da vida humana e cristã. Ela não é abstrata, desligada da nossa realidade histórica. Não atingimos a Deus sem mediações. Mas em todas elas, as nossas mãos apalpam a Palavra da vida, a fonte da vida que Jesus chamava de "Pai". Surgem situações em que o viver só permanece pos-

sível graças à consciência, talvez obscura, de uma bondade incondicional, de uma misericórdia que não põe limites. Os místicos deram vários nomes a esse ponto onde o homem se define na sua nudez de ser, na sua verdade mais profunda, e em que ele sai de outras Mãos. O consagrado pode ser ele mesmo, sem precisar recorrer a um super-ego. Há sempre o perigo de que o apelo ao mistério de Deus exposto à rotina e às intempéries da vida cotidiana, se transforme em fácil desculpa e expressão de preguiça. A fuga do desafio da gratuidade de Deus é uma tentação constante. A descoberta dolorosa das nossas limitações serve de sacudida para ligar de novo a vida à sua fonte. O místico alemão Eckhart diria que assim aprendemos a deixar Deus por causa de Deus.

A vida consagrada não é, em primeiro lugar, executar determinadas tarefas. É arraigar a própria existência na gratuidade de Deus que se revelou em Jesus Cristo. É uma resposta ao chamado de Cristo, um seguimento de Cristo. Cada vez de novo surge a pergunta: mas em que ponto a vida consagrada difere da vida cristã? Na realidade, a vocação de especial consagração não implica nada que seja radicalmente novo ou estranho à vocação cristã. Não se acrescenta nada à iniciativa de Deus. Uma exagerada preocupação em definir a linha divisória entre as duas, apresentaria a vida consagrada como algo inventado pelos homens. A vida consagrada está assentada sobre o fundo do plano da fé. Os votos nada acrescentam a esse plano, mas o ex-

plicitam de uma maneira específica. Deus é a primeira e a última palavra da vocação do consagrado. O seu sentido consiste em aceitar o mistério da gratuidade de Deus traduzindo-o historicamente. Esta tradução aponta para um mundo novo onde a posse dos bens não será o único e principal estímulo para o trabalho humano; onde a dualidade sexual homem-mulher não é absolutizada como única expressão possível do amor; onde o poder não é domínio e não gera escravidão. Os votos se inspiram na mensagem bíblica que lhes oferece perspectivas para o desafio. Eles não fazem do consagrado uma pessoa superior, mais nobre que as outras. Quem quisesse orgulhar-se do seu **status** de consagrado, ainda não atinou a profundidade do desafio da gratuidade de Deus. E há maneiras muito sutis de alguém cair nesse orgulho!

A graça está no princípio e no fim da vida consagrada. É o que dá à vocação de especial consagração a sua "viabilidade". O que não significa que a vida consagrada esteja numa redoma, fora do alcance das influências do seu contexto histórico. Sem sinais dos tempos não haveria vida consagrada, dom do Espírito Santo e resposta histórica à gratuidade de Deus. Como dom do Espírito, ela é um apelo e comporta um discernimento. A vida consagrada já é um exercício prático de discernimento do contexto no qual está inserida. A história da vida consagrada mostra o quanto o ambiente sugeriu, no decorrer dos séculos, as suas várias formas como respostas às necessidades da época. Respostas que nunca são formu-

ladas em simples consonância com a lógica do mundo. Elas sempre contêm uma recusa no sentido de contrariar aquilo que se vive e respira no meio ambiente. Viver o desafio da gratuidade de Deus é colocar-se no ponto desconfortável de uma dinâmica de aceitação e de refutação. Mas é nesse ponto que se decide a vida ou a morte da vocação de especial consagração. Daí a necessidade do discernimento. Daí também a possibilidade de erros de "cálculo", de infidelidades e de traições da parte do vocacionado. Mas igualmente a possibilidade de incompreensões, de solidão e de sofrimento. São momentos em que o consagrado pode descobrir que a cruz de Cristo jamais deixará de estar na perspectiva da gratuidade de Deus.

A vocação como exigência fundamental

À iniciativa gratuita de Deus não corresponde nenhuma resposta "premeditada" que tire as suas motivações de uma área da vida humana não atingida pela graça. Afirmção que se coloca fora do alcance do simples saber. Quando admitida por uma sabedoria de outra ordem, a sua explicação jamais deixará de ser um balbuciar. A teologia, incentivada pelo próprio contexto histórico, procura sempre um instrumental válido para interpretar retamente a relação entre o transcendente e o imanente, entre graça e história humana. Os autores místicos utilizam de preferência uma linguagem feita de símbolos. João da Cruz, ao interrogar as criaturas sobre Deus, caracteriza com verda-

deira arte poética o gaguejo de suas respostas: "Un no sé qué que quedan balbuciendo" (3).

A gratuidade de Deus atinge o ser do homem provocando nele a resposta da fé. São Paulo, combatendo o espírito judaico com sua orgulhosa confiança na Lei, fala da "justiça de Deus que opera pela fé em Jesus Cristo" (Rm 3,22). A vocação de especial consagração é uma resposta de fé à gratuidade de Deus. Resposta que se caracteriza pela vivência dos conselhos evangélicos através dos votos ou outros vínculos que para o consagrado produzem determinadas exigências. Existe, porém, uma exigência mais profunda: a vocação deve ser vivida de acordo com a própria natureza da fé. Exigência óbvia mas fundamental que, só ela, dará sentido à vivência dos votos. Para muitos a fé se reduz a uma adesão, às vezes mais coletiva do que pessoal, a um conjunto de verdades ensinadas pela Igreja. Isto acontece principalmente onde a fé é concebida como uma herança familiar ou nacional. Verdades que basta saber e afirmar e às quais damos a nossa total adesão. Refletindo um pouco, descobrimos que essa adesão nem sempre constitui o centro da vida do consagrado. O assentimento às coisas da vida concreta é muito maior. Não é imaginário o perigo de um desmoronamento silencioso dessa adesão quando desaparecem as condições que lhe são favoráveis. Faltam-lhe raízes mais profundas para resistir à desintegração de um todo homogêneo de sentidos e valores previamente admitidos pelo indivíduo e pela sociedade (4). A cri-

se das vocações de uma década atrás pode ter mostrado o quanto a fé na sua eficácia dependia de condições psicológicas e sociológicas.

A fé do cristão e, de modo especial, do cristão consagrado deve ser mais que uma simples adesão a crenças. A própria iniciativa gratuita de Deus exige uma fé arraigada no seu ser. Uma força interior que saiba conviver e mesmo se aprofunde com as exigências de uma honestidade intelectual quando estas se apresentam à consciência humana. No tempo de hoje o consagrado se confronta com o desafio de passar por uma noite de despojamento das evidências e conveniências que uma pressão social conferia à sua fé como adesão. É para descobrir a fé e a vocação como uma exigência radical que não se justifica racionalmente ou afetivamente, mas unicamente pela graça de Deus. É, sem dúvida, uma caminhada difícil, onde o homem se esbarra constantemente com o mistério maior de Deus e com seu próprio mistério. É uma caminhada de interiorização para enraizar o conteúdo das verdades da fé, com suas perspectivas surpreendentes, na própria intimidade. O consagrado deverá transformar-se sempre mais de observante de tradições em herdeiro da Tradição cristã. Ele deverá ser mais do que uma pessoa de "convicções religiosas" que sabe exatamente o que Deus quer dele porque, no fundo, já possui aquilo que Ele deseja. O consagrado deverá tocar a gratuidade de Deus sem apoderar-se dela (como se isto fosse possível!). A parábola de Jesus sobre o fariseu e

o publicano é muito eloqüente. Uma fé vivida como uma exigência do ser impede que o consagrado seja um indiferente ou um céptico não confessado ou alguém que se esconde atrás da barricada de certezas ideológicas, quase sempre conservadoras. É viver a fé na profunda solidão pessoal. É o caminho da "infância espiritual" de uma Teresa de Lisieux. O relacionamento com Deus não é mais confiado às "coisas", ao meio de relacionamento. O fariseu se caracteriza pela riqueza dos meios que ele tem para se relacionar com Deus. O publicano não tem aonde agarrar-se. Ele se orienta pelo foco da luz da misericórdia de Deus. Por isso o fariseu é um homem isolado, distante dos outros. A solidão faz do publicano um homem livre para amar. Precisamos muito dessa liberdade para interessar e empenhar-nos na construção de uma sociedade justa e fraterna. Do contrário a vida consagrada ficará presa nas malhas de uma ideologia.

A radicalidade da vocação do consagrado se mede pela fidelidade gratuita de Deus que se revelou em Jesus Cristo. Há momentos em que a fidelidade do consagrado a opções "evidentes" ou "convenientes" é sacudida pelo choque dos acontecimentos ou sob o peso das situações. Basta pensar na realidade opaca da vida de cada dia em que nos faltam os desafios para uma escolha bem definida capaz de concentrar toda a nossa vontade. Pode-se duvidar da profundidade da fé de alguém que necessita constantemente de gestos "heróicos" para viver. Não se trata com freqüência de uma necessida-

de de alimentar o próprio eu? Com isso não defendemos uma letargia espiritual que é uma fuga dos riscos aos quais se entrega quem vive da fé. Não faltam na vida do consagrado momentos em que, pela graça, é convidado a uma verdadeira interioridade para descobrir na própria profundidade uma exigência sem contornos definidos. Exigência que, por ser radical, não admite nenhuma limitação **a priori** nas suas manifestações e nas suas conseqüências. Exigência que incide na história do consagrado, no seu viver e no seu agir, mas cuja força e sentido não provêm da história. Ela testemunha a existência de um Absoluto "mais íntimo que meu íntimo" como diria Santo Agostinho. João da Cruz o diz de outra maneira quando escreve no croqui que fez da Subida do Monte Carmelo: "Por aqui ya no hay camino, que para el justo no hay ley". É o ponto onde podemos falar de espiritualidade como encontro com Deus e consigo mesmo. É um Absoluto no íntimo do consagrado. Não se confunde com ele pois as suas exigências costumam provocar contestações da parte da própria pessoa. Mas é o terreno da liberdade dos filhos de Deus, livres de toda coação exterior. A vocação como exigência radical implica em grandes sacrifícios, mas jamais aliena o vocacionado. Fiel a ela, o consagrado se define no nível do ser e liberta potencialidades suas que antes desconhecia.

A dimensão contemplativa da vida consagrada

As reflexões precedentes apontam para um outro aspecto da vocação

de consagrado: a dimensão contemplativa. O tema já foi objeto de um estudo e de um documento da Sagrada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares, em 1980. Diz o documento: "A dimensão contemplativa é radicalmente uma realidade de graça, vivida pelo crente como um dom de Deus, que torna capaz de conhecer o Pai no mistério da comunhão trinitária, e de poder saborear "as profundezas de Deus" (5).

O contemplativo é um convertido para a gratuidade de Deus. Antes de ser contemplativo, ele é contemplado pelo olhar de Deus que explica, ele só, a sua existência humana, única e original. Quanto mais profunda for a descoberta de ser contemplado, tanto mais o consagrado viverá a sua vocação como uma exigência íntima e radical. Vivendo a partir de dentro e não a partir de fora, o contemplativo não solicita às coisas o sentido da sua existência (6). Por isso pode aproximar-se delas, livre e como irmão, sem manipulações e domínio. Ser contemplativo é um verdadeiro desafio para quem vive num mundo onde a mentalidade "capitalista" entra pelos poros da pele. De passagem seja aqui lembrada a dinâmica contemplativa dos votos de pobreza, obediência e castidade. Eles são uma promessa e tarefa de libertação pessoal e social.

Não há possibilidade de verdadeiro diálogo com Deus sem atitude livre e respeitosa diante das criaturas. Não é possível dirigir-se a Deus sem aceitar o seu Reino. A opção pelos pobres, como a Igreja a en-

tende, surge de um olhar contemplativo. Baseada em ideologia, ou mesmo em simples "convicções religiosas", ela desembocará numa forma de opressão. Sem a **solidão** de uma exigência que brota de dentro, não há possibilidade de verdadeira **solidariedade**. O contemplativo é aquele que descobre que é impossível admitir a permeabilidade dos sistemas de real injustiça pelos princípios e postulados da fé cristã.

O contemplativo não foge da realidade como se esta pudesse roubar-lhe o sentido da vida pois não é a ela que ele o solicita. "Desde o seio materno Yahweh me chamou, desde o ventre de minha mãe pronunciou o meu nome" (Is 49,1). Para que extorquir das coisas o verdadeiro significado da história? A pergunta não revela preguiça, indiferença ou ceticismo. Pelo contrário, a vida contemplativa supõe uma integridade de espírito, uma consciência crítica que impeça uma docilidade cega e passiva e se abra aos sinais dos tempos. Contemplação não brota da imaginação, nem de uma afetividade feita de pietismo. O contemplativo tem uma sensibilidade profética que sabe apontar o espaço do pecado, o espaço onde Deus está ausente. À sua maneira se engaja para restabelecer o espaço da gratuidade, da liberdade e da fraternidade. Ele não adora modelos, mas ao Pai em espírito e verdade. Por isso não vive de nostalgia do passado lamentando que as coisas não são mais como eram antes. Mas ele sabe reavivar a memória daqueles que viveram a sua vocação com fidelidade e de cuja Tradição quer ser herdeiro.

Quem não vive a vocação de consagrado como uma exigência íntima, se debate num constante conflito entre Deus e o mundo entendido como o conjunto das realidades que são significativas para ele. Teresa d'Ávila, já como religiosa, experimentou, por mais de dezoito anos, esse desenraizamento vital. Amiga de muita gente, vivia a sua amizade como sinal de contradição: "amizade com Deus e também com o mundo", como ela mesma se expressa. Este "mundo" que experimenta como pólo oposto a Deus, não é tanto a realidade terrestre mas muito mais seu próprio "eu". É o mundo de seus afetos e relações que ela construiu e com que ela vive fora de si mesma. Ela não chega a encontrar-se consigo mesma. As distrações que povoam seu recolhimento e sua oração, são projeção de uma distração mais profunda. Quem procura o sentido da vida nas coisas de fora, não consegue encontrar-se com Deus na nudez do ser. Não é fácil integrar a afetividade na vida espiritual. Se há coisas que impedem o recolhimento e, quem sabe, o próprio sono, é hora de levá-las ao Senhor com quem nos encontramos na raiz do nosso ser. É dolorosa essa viagem de retorno à nossa base vital, à fonte da água viva de que Jesus falou à mulher samaritana. Mas é a única maneira de descobrir a própria identidade e a liberdade para amar. Na vida contemplativa a oração é um diálogo em que os outros sempre estão presentes. Querer extorquir dos outros e das coisas o sentido da própria existência é sempre uma forma de totalitarismo, incompatível com a oração. "Deixa tua oferta ali

diante do altar e vai primeiro reconciliar-te com o teu irmão; e depois virás apresentar a tua oferta" (Mt 5,24).

A oração do contemplativo é constante, não tanto pelo horário e pelo ritmo de vida que ele se impõe (e com razão), mas para descobrir, sempre de novo, na dinâmica da vida, a fonte de água que jorra para a vida eterna (Jo 4,14). O consagrado não deixará de confrontar-se constantemente com a ambigüidade das situações da vida concreta. A tentação de fugir para encontrar uma posição mais cômoda pode ser grande. É um dualismo verbalizado pela própria oração de súplica. Um discernimento se impõe. Seu resultado deverá confirmar a solidão da própria vocação como uma exigência radical. A partir dela a própria súplica a Deus desembocará em adoração e ação de graças.

A Comunhão

O relacionamento humano é um problema muito sério. Destinado a ser fator e expressão de libertação, na realidade funciona, muitas vezes, como uma chave que tranca as portas de uma prisão. Daí a angústia dos homens. Muitos se debatem desesperadamente para dela sair. Mas se machucam nessa luta e entregam os pontos, decepcionados, irônicos. Nos últimos vinte anos tem-se enfatizado muito a vida comunitária dos consagrados, principalmente dos religiosos. Animados por um ideal de partilha, não pouparam esforços na busca de uma convivência fraterna. Os cursos sobre relações humanas se multiplicavam, traduzindo o desejo e uma certa ânsia de

encontrar uma solução para os problemas comunitários que começaram a aparecer. Seguiram as dinâmicas de grupo, as sessões de terapia individual ou grupal para ajudar as pessoas a descobrir suas limitações e seus entraves afetivos. Outros preferiram sair dos limites estreitos da comunidade esperando encontrar uma resposta num engajamento mais político. As atividades dentro ou fora da comunidade tornam-se muitas vezes uma táboa de salvação e nela se fica agarrado.

Exige-se muito mais para descobrir as condições da própria existência. A totalidade da pessoa não se reduz, naquilo que dela ignoramos, ao seu inconsciente. Mesmo se a ciência chegasse um dia a permitir o acesso total ao inconsciente, o mistério da pessoa humana continuaria a situar-se além do inconsciente que herdou e cultivou sem o saber. Há uma interioridade pessoal que não se deixa captar. Ela não depende de um critério objetivo, não possui nenhuma certeza, segurança ou justificação que venha de fora dela. Ela é apenas apresentada pelo seu próprio testemunho. Mas desse testemunho cada pessoa é responsável, ela mesma, além da sua consciência moral que define o bem e o mal. É a partir dessa interioridade que o consagrado é discípulo de Cristo, é membro da Igreja e da sua comunidade. Isto significa, na realidade, toda uma caminhada a fazer — antigamente falava-se do *status perfectionis acquirendae* —, mas uma caminhada que é inerente à própria fé, esperança e caridade.

Insistimos em que o consagrado deve descobrir sua própria vocação como uma exigência radical. Na raiz da vocação existe uma solidão no sentido de uma percepção da gratuidade de Deus. Esta mesma solidão está igualmente na base de uma vida de comunhão, na raiz da verdadeira solidariedade. Na medida em que exijo dos outros o sentido da minha vida, eu ponho um obstáculo à comunhão. Isto torna-se manifesto em casos de dependência afetiva. Mas há também os casos normais de querer construir a vida comunitária na base da atração, das inclinações e das afinidades. Não se trata de denunciar e eliminar esses elementos. Mas é oportuno lembrar as palavras de Cristo cujo seguimento constitui a definição da vida consagrada: “Se amais somente os que vos amam, que recompensa tereis? Não fazem assim os próprios publicanos?” (Mt 5, 46). Formar comunidade com pessoas às quais se está muito ligado, pode ajudar indiretamente a caridade a nascer, mas só naquele que já ama. Nascido da gratuidade de Deus, o amor tem uma originalidade que, às vezes, nem precisa do apoio dos sentimentos gerados por uma afinidade. E é nesse ponto onde o homem se torna mais semelhante a Deus, à imagem do amor criador de Deus, porque seu amor de consagrado não define as suas medidas a partir de fora, a partir do grau das inclinações.

Para viver em comunhão é preciso ser discípulo de Cristo. O seguimento de Cristo é mais que uma adesão a uma cristologia. O consagrado quer “ver” a Jesus, descobrir on-

de ela mora, entrar na sua intimidade. Não se contenta em atribuir-lhe os títulos dogmáticos. Esses títulos correriam o risco de permanecer meros conceitos, material para as evidências e construções do nosso universo mental. Seguir a Cristo é viver dele, de sua presença que é, na sua gratuidade, o único recurso na raiz do nosso ser, no centro da nossa solidão pessoal. "Se alguém me ama, guardará minha palavra e meu Pai o amará, e viremos a ele e nele estabeleceremos morada" (Jo 14, 23). Se existe uma interdependência entre o consagrado e a sua comunidade, é a partir desta interioridade e em direção a ela. É uma interdependência mais profunda que uma solidariedade intelectual e afetiva. Contudo, o nível espiritual de uma comunidade não depende apenas do vigor interior dos seus membros e da colaboração religiosa entre eles. Há uma presença de Cristo que é própria a uma comunidade de fé. Presença que redundando nos gestos comunitários dando uma força espiritual a cada um dos seus membros: "Se dois de vós estiverem de acordo na terra sobre qualquer coisa que queiram pedir, isto lhes será concedido por meu Pai que está nos céus. Pois onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, ali estou no meio deles" (Mt 18,19-20).

A nova geração não sofre tanto de angústia individual, mas também de uma angústia social. Esse deslocamento de acentos é percebido na vida dos consagrados. Sua comunidade não seria evangélica se fosse indiferente às injustiças e às ameaças de destruição que atingem a sociedade e a humanidade inteira. Não há clau-

sura que deva impedir que a rua da vida humana atravesse a comunidade. As relações dos consagrados dentro da comunidade já são problemáticas se a comunidade como tal apresenta na sua vida certa conivência com a ordem estabelecida. Formados muito na base de ideais, os consagrados correm o perigo de viver num mundo imaginário, de acreditar em algo que está apenas na cabeça. Sabem muita coisa sobre pobreza, mas pouco dos pobres. Exaltam a obediência, mas não vêem nela uma relação libertadora. Não descobrem na castidade a promessa e a tarefa de recriar e refazer as relações humanas. Inclusive a vontade de Deus permanece uma categoria abstrata, destituída de um conteúdo salvífico mais amplo. Não pisam no chão da história porque os ideais não permitem ambigüidades e impurezas (7). De que será feita a vocação de quem, no seu isolamento, não chegou a tomar consciência do sério e, freqüentemente, do dramático da vida humana? Fugindo da realidade o consagrado se declara secretamente dependente dela para definir o rumo de sua vida. É uma atitude de não-esperança. E quem não tem esperança jamais poderá descobrir a sua missão.

A Missão

Todos estamos convictos de que o consagrado tem uma missão no mundo e na Igreja. Sentimos, porém, dificuldade em definir o seu lugar e as suas atribuições dentro de um organograma de Igreja ou de sociedade. O próprio Direito Canônico reconhece que o estado de vida consagrada, por sua natureza, não é nem

clerical nem laical. Distinção que na vida prática mostra uma precaridade. Religiosos e, principalmente, religiosas recusam-se terminantemente a prestar serviços considerados clericais. Ao mesmo tempo, preferem equiparar-se aos leigos. Mas aí entram no campo dos institutos seculares, cujos membros, não-sacerdotes, protestam contra essa invasão. A missão dos consagrados foge a qualquer definição em termos de funcionalidade.

A vida consagrada não pode ser interpretada como um conjunto de ações especiais, inventado pelos homens. Ela pertence ao plano da fé, ao chamado de Deus. O consagrado é um convertido para a gratuidade de Deus. É o desafio do próprio Deus que em Jesus Cristo constitui a sua vocação profunda. É consagrado quem descobre essa vocação como uma exigência radical que abre as perspectivas para a sua existência. É isso que ele tem a testemunhar. O consagrado está sempre pronto a dar razão da sua esperança a todo aquele que lho pede (1 Pe. 3,15). É esta a sua missão. A esperança abre caminhos a partir de dentro. Os seus pontos de referência não são simplesmente modelos, situações históricas a serem atingidas, coisas a serem realizadas. Se fosse assim, a esperança deixaria de ser uma força original soberana pois estaria submissa às medidas do provisório. Pelo contrário, ela vive a dinâmica do provisório. Sempre de novo, como exigência fundamental inesgotável, a esperança tentará expressar-se em aspirações. Mas em nenhuma delas, ela se reconhece totalmente. Só quem vive de esperança,

sabe que as palavras com que ele a expressa, são na realidade um balbuciar. Os outros que definem a vida só em termos de aspirações e projetos bem definidos, entusiasman-se, talvez, com a linguagem da esperança e por ela se sentem apoiados, mas não entendem todo o seu alcance. Quem vive de esperança corre sempre o risco de ser mal interpretado. As forças ideológicas que se agitam em torno dos pronunciamentos da Igreja, são um exemplo disso. No fundo, permanecem estranhas à esperança que se encarna nas perspectivas históricas apontadas.

A esperança está na base da missão do consagrado. Ela está presente quando se trata de chegar a opções preferenciais. Estas não são apenas resultado de uma análise objetiva da realidade. O valor de uma análise depende do reconhecimento da transcendência da esperança. Esta definirá as suas prioridades de ação nos campos que, para a lógica do mundo, não oferecem perspectivas vantajosas. "Ide contar o que estais ouvindo e vendo: os cegos recuperam a vista, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciado o Evangelho" (Lc 7,22).

A missão do consagrado depende do grau de sua consciência de Igreja. Essa presença da Igreja de Cristo não se limita ao fato de ela ratificar os votos e dirigir e conservar, através da sua legislação, a vida consagrada nas várias formas que esta possa assumir. A vida consagrada é "sacramento" da Igreja que nela expressa o espírito que anima e a missão que recebeu do Senhor. A Igre-

ja realiza na vida consagrada o seu acolhimento da gratuidade de Deus, dom que se transforma em apelo à comunhão. A atividade missionária da vida consagrada não provém de alguns gestos isolados, mas das suas entranhas. Presença missionária que não pode ser formulada independentemente do contexto em que ela se realiza. Mencionamos a necessidade de um discernimento que já é um ato de esperança.

Os vários institutos de vida consagrada têm-se dedicado com afinco ao estudo do carisma dos seus fundadores a fim de redimensionar a própria vida nos tempos e na realidade de hoje. O Concílio Vaticano II insiste na necessidade de reavivar a memória daqueles de quem somos herdeiros. Mas só poderemos deles

receber, se formos capazes de alimentar a sua memória com a substância da nossa própria vocação percebida e vivida como uma exigência fundamental. A vocação deve ser acolhida e cultivada como um dom de Deus. Só assim poderá ser descoberta como um apelo a ser ouvido e seguido. Do contrário torna-se como que um veneno e uma "condenação" para a pessoa consagrada. Daí a necessidade de uma formação espiritual profunda e sólida, principalmente numa época em que a vida consagrada perdeu o suporte das evidências sociais e culturais. Para ouvir e seguir o apelo da gratuidade de Deus, o vocacionado precisa de um certo grau de interioridade para descobrir, numa tomada de consciência da realidade, a sua parte e o seu papel no projeto de Deus.

NOTAS

(1) **O Catolicismo inquieto de Graham Greene**, em **Jornal do Brasil**, 7 de maio de 1983. (2) "A vida consagrada pela profissão dos conselhos evangélicos é uma forma estável de viver, pela qual os fiéis, seguindo mais de perto a Cristo sob a ação do Espírito Santo, consagram-se totalmente a Deus sumamente amado, para assim, dedicados por título novo e especial à sua honra, à construção da Igreja e à salvação do mundo, alcançarem a perfeição da caridade no serviço do Reino de Deus

e, transformados em sinal preclaro na Igreja, preanunciarem a glória celeste" (Cân 573, § 1). (3) **Cântico Espiritual**, 7. (4) Ver MARCELLO DE CARVALHO AZEVEDO, SJ, **Opção pelos pobres e cultura secular**, em **Convergência XVIII** (1983) 46-49. (5) **Dimensão Contemplativa da Vida Religiosa**, Edições Paulinas, 1981, 1. (6) Ver ARTURO PAOLI, **A Raiz do Homem**, Edições Loyola, 1976, 8-12. (7) Ver ARTURO PAOLI, **O Presente não Basta a Ninguém**, Edições Loyola, 1981, 56-60, 154-156.

Qual o papel da autoridade na comunidade religiosa?

Ser a presença de Cristo que serve. Ser o sinal do Espírito que une e anima. Ser o traço de união com Deus e os irmãos. Ser superior exige muita contemplação e muita cruz.

PRESENÇA DE MARIA NO PROJETO DE RECONCILIAÇÃO

Pe. Ático Fassini, MS
São Paulo, SP

A convocação do SÍNODO DOS BISPOS para, nesse ano, analisar o tema "A RECONCILIAÇÃO E A PENITÊNCIA NA MISSÃO DA IGREJA" e o fato de pertencer a uma Congregação Religiosa marial sugerem essa reflexão sobre a reconciliação em perspectiva mariana. A Congregação dos Missionários de N. S. da Salette liga-se ao FATO DA SALETTE e dali haure seu carisma fundador.

A 19 de setembro de 1846, sábado, véspera da festa litúrgica de Nossa Senhora das Dores na época, em LA SALETTE, Diocese de GRENOBLE, nos Alpes Franceses, duas crianças, MELÂNIA, de 15 anos, e MAXIMINO, de 11, pastores pobres e analfabetos, foram testemunhas de um evento singular: uma "BELA SENHORA", como diziam eles, coroada de rosas e trazendo pesadas correntes sobre os ombros, toda envolta pela luz que brotava do Crucificado vivo e pendente ao pescoço, aparece na solidão da montanha e conversa longa e maternalmente com as duas crianças. Com atitudes e palavras impregnadas de ternura e dor,

a BELA SENHORA mantém-se em lágrimas todo o tempo do encontro. Na linguagem popular da região fala de problemas concretos da França e da Europa. Sua mensagem, em tom profético, convoca à conversão. Falando de "seu povo" a BELA SENHORA pede submissão a "seu Filho". Convida insistentemente à oração e à prática autêntica da fé. Denuncia a blasfêmia. Revela a causa de sua dor — o pecado dos homens —, e sua permanente atitude de intercessão junto a seu Filho em favor do povo. Por fim, sempre envolta em luz e lágrimas, desaparece deixando um único pedido: que os dois pastores comunicassem tudo a seu povo.

A notícia do FATO DA SALETTE, como se tornou conhecido, divulgase com rapidez. O povo acorre ao local da aparição, e ali encontra o caminho da conversão.

O Bispo de GRENOBLE, Dom PHILIBERT DE BRUILLARD, depois de cinco anos de rigorosa investigação, pronuncia-se oficialmente, afirmando: "Julgamos que a Aparição da Santa Virgem a dois pasto-

res, a 19 de setembro de 1846, sobre uma montanha da cadeia dos Alpes, na Paróquia de LA SALETTE, traz em si mesma todas as características da verdade, e que os fiéis têm razão em acreditá-la como indubitável e certa". O documento leva a data de 19 de setembro de 1851. Seguramente, nenhuma aparição mariana foi tão investigada pelas autoridades competentes. Os documentos são numerosos e criticamente autênticos.

A 1.º de maio de 1852, Dom PHILIBERT decide construir um Santuário no local do evento, e constituir, ao mesmo tempo, um grupo de sacerdotes diocesanos, a que denominou de MISSIONÁRIOS DE NOSSA SENHORA DA SALETTE, para o ministério junto aos romeiros do local da Aparição. Esse grupo sacerdotal fez uma caminhada de vida comunitária e evoluiu até se tornar uma Congregação Religiosa de direito diocesano a princípio, e por fim, de direito pontifício. Hoje, esses Missionários atuam em muitos países. No Brasil chegaram há oitenta anos e nesse ano comemoraram o cinquentenário de sua Província.

Contemporaneamente, uma vaga de conversões aconteceu no meio do povo. De forma espontânea e anônima, os primeiros peregrinos de LA SALETTE captaram e expressaram o sentido mais profundo da aparição, através da invocação: "Nossa Senhora da Salette, RECONCILIADORA DOS PECADORES, rogai sem cessar por nós que recorreremos a Vós". A presença de Maria no projeto de reconciliação de Deus era ali percebida e posta em evidência. Por uma série de atos e títulos relativos a SA-

LETTE, a Igreja confirmou depois, essa intuição do Povo de Deus. A dimensão de reconciliação é constitutiva do FATO DA SALETTE, e central para a Sagrada Escritura.

1. Reconciliação: Panorama Bíblico

1.1 — Antigo Testamento

O termo RECONCILIAÇÃO (em grego: "katallaghê") é utilizado desde a antigüidade, para significar o "restabelecimento da harmonia original", a "reconstrução da concórdia", a "reaproximação" ou a "superção dos conflitos".

No universo veterotestamentário, embora o termo seja pouco usado (cfr. 2Mac 7,33;8,29), o tema RECONCILIAÇÃO ocupa lugar central. Vem intimamente conexo a outros como Redenção, Perdão, Aliança, Salvação, Libertação. A história de Israel é na verdade, um constante confronto entre dom e recusa, apelo e resposta, graça e pecado, conversão e perdão, ruptura e reconciliação.

Desde que "o pecado entrou no mundo" (Rom 5,12), a experiência do conflito e da ruptura é uma constante da história humana. A ruptura-tipo, o pecado fontal, implica igualmente na experiência da discórdia entre os homens e da cisão interior ao próprio homem. Os capítulos iniciais do Gênesis descrevem tipologicamente esse drama. Mas ao mesmo tempo afirmam o amor radical de Deus que oferece perdão e reconciliação. A Promessa Protológica (Gen 3,15) é a expressão desse gesto de Deus.

JAVÉ é Deus de ternura e piedade, lento para a cólera e cheio de clemência (Ex 34,6; Sl 102,8s.). Israel o constata quando da libertação do Egito (Ex 3,7-8), e da celebração da Aliança no Sinai. A Aliança define a práxis histórica do Deus que reconcilia consigo seu Povo. É a Reconciliação em ato. Por ela Deus recria seu Povo. Na verdade, a escravidão e a dispersão no Egito, envoltas de idolatria, são o símbolo do não-ser de Israel. OSÉIAS diria que Israel é um "não-povo" (Os 1,9), para exprimir a realidade histórico-religiosa de um povo oprimido, desunido e esquecido de Deus. A união, a liberdade e dignidade restabelecidas no SINAI são a re-criação de um Israel reconciliado com Deus e congregado na unidade. O pacto com Deus implica no pacto de vida entre os membros do povo em suas tribos dispersas. Deus é o elo da união e a fonte de libertação. Na obediência à sua Palavra o povo se reencontra e se reconhece como um só coração (Ex 24,7).

A Aliança, como reunificação do povo na união com Deus, é o lugar teológico da RECONCILIAÇÃO no Antigo Testamento. Quando a Aliança do SINAI perde sua incisividade por causa da dureza de coração de Israel, Deus retoma a iniciativa de reconciliação e promete nova e eterna Aliança. Será ela inscrita não mais em pedra mas no coração do povo para que não mais esqueça a seu Deus (Jer 31,31-24; Ez 36,24-28). Nesse momento os Profetas apontam para a figura do SERVO DE JAVÉ (Is 42,1-7; 49,8; 59, 21). Ele congregará o povo disperso,

e restabelecerá os laços de amor e justiça entre o Povo e seu Deus.

1.2 — Evangelhos

Na mais antiga tradição neotestamentária, a Reconciliação aparece implicitamente no apelo de conversão e adesão ao Reino de Deus anunciado pelo Cristo (Mc 1,15).

CRISTO é o Servo fiel ao Pai. Por Ele passa a concretização do projeto reconciliador de Deus, o Reino de Deus. Por sua Palavra e Vida revela a misericórdia do Pai, o caminho de retorno à sua Casa, no amor e liberdade (Lc 15,11-32). Seu programa é anunciar, sob o impulso do Espírito, a Boa Nova aos pobres, a paz aos corações, a libertação dos oprimidos, a vida em plenitude, o ano de graça do Senhor, isto é, a remissão e reconciliação (Lc 4,18-21). Perdoa e pede que se perdoe (Mt 5,23-24, 6,12; 18,21-22). Seu mandamento é o amor (Jo 15,12-17). Sua missão é congregar os filhos dispersos de Deus (Jo 11,51-52). Assume nossa carne de pecado, isto é, nossa realidade humana conflitual, denuncia o pecado, convoca a todos à reconciliação pela conversão. Fiel ao Pai, vive imerso no conflito humano, desde o nascimento até a morte na Cruz. Esmagado pelo pecado, destruído pelo ódio e incompreensão, responde com a misericórdia, o serviço e o perdão. Dá a vida para congregar o rebanho disperso (Jo 10, 11-16) e reunir junto a si todos os homens (Jo 12,32). Sua Cruz congrega. Sua Ressurreição re-cria. Cristo personifica a Aliança reconciliadora de Deus com os homens. Víti-

ma do conflito por sua morte, vence a raiz de todo conflito pela vida que irradia. Nele o homem se reencontra no encontro com os outros e com Deus.

1.3 — Escritos paulinos

PAULO é o teólogo da Reconciliação. Utiliza o termo, pela primeira vez, em 1 Cor 7,11 onde exorta a cônjuges em discórdia a que se reconciliem entre si.

Na 2Cor 5,17-20 PAULO se refere à reconciliação entre Deus e os homens, tema retomado em Rom 5,10-11;11,15. Em Ef 2,11-22 aplica a idéia de reconciliação à união entre judeus e pagãos no Sangue do Senhor Jesus que a ambos reconcilia com Deus. Em Col 1,19-23 usa o verbo composto "apokatallasein" — "reconciliar em plenitude" — para indicar a dimensão universal, humana e cósmica, da ação reconciliadora de Cristo.

Para PAULO, Cristo é o Mediador entre Deus e os homens (1Tim 2,5). Morrendo pelos homens, justifica-os por seu Sangue, reconciliando-os com Deus (Rom 5,8-11; Cor 5,18). Mas a mediação salvadora realizada pelo Cristo prolonga-se até o fim dos tempos, através do "ministério da reconciliação" (2Cor 5,18) confiado à Igreja. Como Comunidade dos reconciliados, congregada pelo Espírito, a Igreja amplia no tempo e espaço o Projeto de Reconciliação. Convoca a todos à conversão, ministra-lhes o Sacramento da Reconciliação, e através dos seus embaixadores exorta: "Suplicamo-vos em nome de Cristo: deixai-vos reconciliar com Deus" (2Cor 5,20).

No contexto paulino a reconciliação é como que socializada pois deve repercutir no seio da família (1Cor 7,11), da Igreja (1Cor 1,11-13; Rom 12,14-18;14,-15), na estrutura econômica pela solidariedade humana (2Cor 8,13-15), na estrutura social (Ef 6,5-9; Col 3,22-4,1; Fil 8,20) e nas relações entre povos e raças (Ef 2,11-22; Rom 2,9-3,9). Para além de todos os conflitos há um Cristo e Senhor que a todos congrega e reconcilia. No seu Espírito, judeus e gregos, escravos e livres, mulheres e homens encontram o caminho de superação da raiz de todas as situações conflituais e de formação da comunidade fraterna e reconciliada (1Cor 12,12-13; Gal 3,26-28).

O horizonte paulino de reconciliação é universal (Rom 8,19-22; 1Cor 15,20-28). Sua plenificação é aguardada para o fim dos tempos (2Cor 5,17; Ef 1,9-10; Col 1,18-20). Vivenciada pelo Cristo, selada em seu Mistério Pascal, a reconciliação fermenta a história para sua total transformação e libertação, aguardada e construída na esperança (Rom 8,24).

2. MARIA:

Testemunha de Reconciliação

2.1 — Escritos Neotestamentários

O fato fundador da missão de Maria é sua maternidade divina virginal. Mãe do Filho de Deus, é por graça divina e disponibilidade pessoal (Lc 1,30-38), o ponto de encontro entre Deus e o homem. Disso decorre a participação de Maria no Projeto de Reconciliação que o Cristo realiza ao congregar os dispersos filhos de Deus e reconduzi-los à unidade (Jo 11,51-52).

A maternidade de Maria se prolonga em sua presença incessante junto ao Cristo e no fiel seguimento a Ele. Mãe solícita, salva o Menino perseguido de morte (Mt 2,13-23), exilando-se no Egito. Angustia-da procura-O no Templo, sem compreender seu modo de falar e agir (Lc 2,41-51), e cresce na fé como Discípula de seu próprio Filho. Em Caná da Galiléia, intercede junto a Jesus a favor dos esposos e convivas, e junto aos servos para que façam tudo que Ele disser. O episódio de Caná, no contexto da teologia joanéia, tem dimensão transcendente. Evoca o fundo histórico das celebrações no Sinai, e ao mesmo tempo, o banquete messiânico anunciado pelos Profetas e Jesus. As Bodas tem um caráter eclesial implícito no final do relato: após o milagre, os discípulos, crendo em Cristo, seguem o Senhor que vai a Cafarnaum. E Maria está no meio deles, inserida na comunidade messiânica.

Mãe e Discípula, Maria segue o "Homem das Dores" (Is 53,3) até o Calvário, num silêncio feito de dor e fé, cumprindo-se assim a profecia de Simeão (Lc 2,34-35). Ao pé da Cruz encerra e consagra uma etapa de vida. E inaugura nova caminhada em nova dimensão de sua maternidade. Segundo Jo 19,25-27, Maria é confiada, por Jesus, aos cuidados de João, e é constituída sua Mãe, Mãe da Igreja. O termo "Mulher" empregado nesse texto, tem um sentido eclesial intenso. Maria personifica a Jerusalém como comunidade-símbolo. É a síntese do Povo de Deus tantas vezes chamado de "Mulher" (Ez 16,3s;23,2-4; Jer 2,2), ou de "Esposa" (Os 2-3). Na perspectiva joanéia ainda, esse mesmo termo

se refere à "Mulher-Mãe-Igreja" descrita em Ap 12,1-18. Maria é a figura da Mãe-Igreja que congrega em seu seio os filhos de Deus dispersos. A Mãe de Jesus é Mãe de todos os discípulos de seu Filho. Mãe da Igreja, Maria é a Mãe da Reconciliação.

Atos 1,12-14 descreve os discípulos reunidos em oração, após a dispersão por causa da condenação de Jesus. Maria está no meio deles. E no Pentecostes, "estavam todos reunidos no mesmo lugar" (At 2,1), quando o Espírito do Senhor deu vida à comunidade messiânica. Seguramente Maria estava ainda com eles, como Mãe que reúne os discípulos de Cristo, presente ao nascimento da Igreja, comunidade dos reconciliados.

2.2 — Tradição Eclesial

O magistério eclesiástico e a teologia sempre interpretaram a presença ativa de Maria junto ao Cristo, como participação intensa e singular em sua missão reconciliadora.

O Vaticano II, no cap. VIII da LUMEN GENTIUM afirma que Maria "se ofereceu totalmente como serva do Senhor, à pessoa e obra de seu Filho, pondo-se... a serviço do mistério da redenção... cooperou na salvação dos homens" (n.º 56), e "com coração materno se associou a seu sacrifício" (n.º 58). E tendo cooperado "por sua caridade, para o nascimento dos fiéis na Igreja" (n.º 53), tornou-se a Mãe dos reconciliados no Cristo.

Assunta ao céu, Maria "não abandonou essa missão de salvação, mas por sua intercessão múltipla, conti-

nua a nos obter os dons da salvação eterna. Em sua caridade materna, Ela cuida dos irmãos de seu Filho que ainda peregrinam nesse mundo e se encontram em meio a perigos e angústias, até que cheguem à pátria bem-aventurada" (n.º 62). Nos céus intercede, como o fez em Caná, para que todos os dispersos filhos de Deus se unam no Senhor: "Que todos os cristãos dirijam instantes súplicas à Mãe de Deus e Mãe dos homens, para que Ela que, por sua prece, assistiu o início de sua Igreja, agora ainda, exaltada aos céus, acima de todos os anjos e de todos os bem-aventurados, na comunhão de todos os santos, interceda junto a seu Filho, até que todas as famílias dos povos, quer se gloriem do nome de cristãos ou ignorem ainda o seu Salvador, se congreguem felizmente, na paz e na concórdia, no único Povo de Deus" (n.º 69).

PAULO VI, na Bula APOSTOLORUM LIMINA para o Ano Santo de 1975, centrado no tema da Reconciliação, escrevia: "Rogamos à Virgem Santíssima, venerável Mãe do Redentor e também da Igreja, Mãe da Graça e da Misericórdia, **SERVA DA RECONCILIAÇÃO**, Modelo absolutamente resplendente de vida nova, que interceda junto a seu Filho..."

Essas declarações do magistério eclesial são precedidas de longa tradição eclesial, rica em considerações teológicas e fórmulas litúrgicas, relativamente à presença de Maria na missão redentora e reconciliadora do Cristo. Muitos são os testemunhos, sobretudo em autores medievais. Os títulos de "Reconciliadora" e "Mãe da Reconciliação e dos reconcilia-

dos", fruto de lenta maturação mariológica a partir do Concílio de Éfeso, são freqüentes entre Santos Padres e teólogos da antiguidade cristã. SANTO EFRÉM (306-373), ANDRÉ DE Creta (séc. VIII), SÃO JOÃO DAMASCENO (séc. VIII), SANTO ANSELMO DE CANTUÁRIA (séc. XII), SÃO BERNARDO (séc. XII) são pródigos em considerações sobre a reconciliação em chave mariológica. Esse filão teológico, rico e antigo, brota da própria Bíblia que a Igreja Orante e Teologante soube ler em sua história, e trazer até nós.

Qual o sentido e a repercussão da Boa Nova da Reconciliação para nossa época marcada a fundo por toda sorte de rupturas?

3. Projeto de Reconciliação e Sociedade Conflitual

O mundo de hoje faz a dolorosa experiência da ruptura e do conflito. Estruturado em bases que favorecem o concentracionismo egoísta e a exclusão anti-solidária, matriz de injustiça e opressão, o homem atual vive na cisão, angustiado pelo desarrajo desumano da própria casa, saudoso de saída que não é capaz de encontrar. O conflito se tornou sistema que divide a pessoa, os grupos, classes e países, beneficiários uns, excluídos outros da participação dos bens que Deus a todos confiou. O mundo moderno construiu-se como se Deus não existisse. Disso resulta a eliminação do próprio homem.

Como concretizar a reconciliação num mundo de injustiça, violência e opressão?

Distinguem-se dois horizontes de compreensão e concretização do projeto de Deus para um mundo reconciliado, horizontes que não se excluem mas se exigem mutuamente: a reconciliação como relação filial, e a reconciliação como relação fraterna.

3.1 — A relação filial

A relação filial do homem com Deus (1 Jo 3,1) é a fundante da pessoa humana, de sua dignidade e destino. A ruptura dessa relação significa radical alienação do homem, descentrado de sua vocação. É o pecado em seu ponto focal. Reencontrar-se com o Pai é reconstruir a relação filial, na liberdade da vida nova. É a reconciliação fontal. "Porquanto não recebestes um espírito de escravidão, para viverdes ainda no temor, mas recebestes o espírito de adoção pelo qual chamamos: ABBA, PAI!" (Rom 8,15).

A reconciliação, nesse horizonte religioso-personalista, significa pois, a recuperação das raízes mais profundas que unem o homem a Deus a cuja imagem foi criado (Gen 1,26), e a reafirmação de sua essencial dignidade de pessoa, de filho de Deus. Significa ao mesmo tempo o reencontro do homem consigo mesmo, no mais profundo do próprio ser, na superação da alienação pessoal diante de Deus, no reconhecimento da própria verdade, valor e vocação. A reconciliação com Deus implica em auto-reconciliação.

Em Jesus Cristo, Deus se reencontra plena e definitivamente com o homem. Nele se revela plenamente o homem a si mesmo, e se desvela a

identidade e o amor de Deus para seus filhos. Nele o homem aprende a ser filho e a dizer: "PAI NOSSO!" (Mt 6,9).

Maria viveu inteiramente disponível a Deus, como filha de Deus. O Pai assim Nela pôde realizar seu projeto de reconciliação. Ela é a reconciliada por excelência. Por isso pôde cantar as maravilhas que Deus Nela realizou (Lc 1,46-49). Ela serviu ao homem, servindo a Deus para a realização de seu desígnio salvador em Cristo, o Reconciliador. Mãe e Serva da Reconciliação, Maria intercede sem cessar junto ao Pai, pelos homens. É o que revela em SALETTE. Mãe de Cristo e Mãe dos homens, lamenta a dispersão, a divisão e alienação dos filhos a quem, desde o Calvário, tem a missão de congregar em torno ao Cristo, na casa do Pai. Seu apelo de conversão, eco da pregação do Cristo, visa a reconciliação com o Pai. Reencontrar o Pai é libertar-se.

3.2 — A relação fraterna

A relação filial assume forma na correlação fraterna. Os homens são chamados a serem irmãos (1Jo 4,20). A ruptura dessa correlação equivale à desumanização do homem, à alienação do irmão. Define o pecado em sua dimensão social. O conflito sistêmico, o ódio, a violência, a injustiça, a morte dali sugam sua dinâmica diabólica, destruidora. O episódio tipológico do fratricídio de Caim espelha a ruptura dos laços fraternos e de relação filial. Caim "retirou-se da presença do Senhor" (Gen 4,14-16) com seu gesto fratricida. E o Senhor dele exige uma res-

pôsta: "Onde está o teu irmão?" (Gen 4,9).

A violência gera violência, o conflito se reproduz, transforma-se em mar de iniquidades. Mas à corrente da opressão e morte, Deus, em Jesus Cristo, responde com o dom da vida (Jo 3,16-17; 10,10), com o mandamento do amor fraterno (Jo 15, 12-17) e da reconciliação (Mt 5, 23-25; 18,21-22). A intervenção de Deus, cujo amor é mais forte que todas as forças do ódio e destruição, tem o poder de romper a cadeia do mal. O Deus que, no Homem Jesus, se fez Servo dos homens, reconstituiu a cadeia do amor fraterno e filial. O lava-pés é a resposta de Deus ao homem que espezinha seu irmão. Na humildade desse gesto Jesus revela a dignidade do homem e a grandeza de Deus.

Nesse horizonte, a reconciliação significa recuperação da fraternidade humana, lugar teológico da experiência concreta de filiação.

A relação fraterna porém, se insere num universo de relações estruturais que muitas vezes são erigidas em sistema de opressão e dominação, não de fraternismo e amor. O pecado assume então a face brutal e anônima de estruturas sócio-político-econômicas conflituais que opõem irmãos entre si, em grupos ou povos detentores do poder e outros periféricos à participação social na comunhão e justiça. Há pois uma reconciliação de dimensões sistêmicas a ser construída, tarefa de que todos devem participar, empobrecidos e ricos, opressores e oprimidos, num processo de conversão global e de organização de um universo humano mais justo e fraterno.

Cristo, ao assumir a condição dos fracos denuncia o opressor e a ambos convoca à conversão. Sua Palavra e Vida fermentam a sociedade humana para que se estabeleçam estruturas de comunhão e participação. E o ministério da reconciliação por Ele confiado à Igreja, compromete-a igualmente na árdua tarefa de superação de todo conflito pela eliminação das causas que o geram.

Maria, Serva do Senhor e dos homens, é "modelo para os que não aceitam passivamente as circunstâncias adversas da vida pessoal e social, nem são vítimas da alienação... mas que proclamam com ela que Deus exalta os humildes e se for o caso, derruba os poderosos de seus tronos" (PUEBLA, n.º 297). Ela proclama a gesta de Deus no meio de seu Povo para a concretização de seu projeto na justiça da Aliança. Por sua inteira disponibilidade a esse desígnio de Deus, Maria personifica todo um Povo reconciliado em Deus. Em SALETTE ainda, suplica a seu povo para que se converta a seu Filho. É Nele que o povo, desagregado e oprimido, encontra sua reconciliação e libertação.

SALETTE, pode-se dizer, é a síntese de Caná e do Calvário. Profundamente bíblica, a mensagem de Maria é anúncio e apelo de conversão e reconciliação a todos os filhos de Deus dispersos. E para um mundo conflitual como o de hoje, Maria surge mais uma vez, como Estrela da Evangelização, da Boa Nova da Reconciliação. Deus continua ainda sua gesta para a realização de seu projeto, à espera do retorno e reencontro dos filhos em sua casa de Pai.

A VIDA COMUNITÁRIA: SUA EVOLUÇÃO, SUAS DIFICULDADES E ESPERANÇAS

A vida religiosa está sedenta de uma nova maneira de viver juntos em que, mais do que simbolizar o amor, o manifeste diretamente.

A fraternidade busca uma expressão mais simples e imediata, um estilo de vida com diálogo e participação.

José Maria Guerrero, SJ

(Tradução da Irmã Isabel Fontes Leal Ferreira)

Hoje fala-se muito da comunidade religiosa. É um tema que **interessa e preocupa** todos nós: **interessa-nos** porque nele descobrimos um caminho de futuro e de esperança para uma vida religiosa mais de acordo com a fé e o mundo em que queremos ser testemunhas da ternura de Deus e da força de seu Espírito; **preocupa-nos** porque não nos encontramos com um caminho feito, mas devemos ir fazendo-o, dia a dia, com a participação generosa de cada um de nós.

Não pretendo abranger nem muito menos esgotar a problemática nada fácil que a vida em comunidade levanta hoje para nós. Desejo simplesmente apresentar-lhes alguns pontos de reflexão — creio que significativos e dinamizantes —, que sejam como que uma plataforma que

nos lance numa busca esperançosa de novas formas de comunidades mais personalizadas, mais singelas e acolhedoras, mais próximas dos homens a quem devemos servir, mais limpidamente evangélicas em suas motivações e em seus compromissos.

1. Em busca de uma vida de comunidade mais fraterna

A aspiração a uma vida de comunidade mais fraterna é um fenômeno universal dentro da vida religiosa. Confessou-o abertamente o Cardeal Pironio diante do Sínodo de 1977 e voltaram a reafirmá-lo, com inusitado vigor, os Bispos latino-americanos em Puebla (números 730-732).

A vida religiosa está sedenta de uma nova maneira de viver juntos em que, mais do que simbolizar o amor, o manifeste diretamente. A fraternidade busca uma expressão mais simples e imediata, um estilo de vida mais simples e acolhedor, com diálogo e participação. A amizade profunda e sincera pode dispensar qualquer cerimonial ou formalismo que costumem erguer barreiras e esfriar o ambiente. Hoje, valorizam-se imensamente a amizade, a sinceridade e a maturidade como base humana, embora se queiram viver estas relações interpessoais dentro de uma dimensão de fé, pois é o Senhor quem nos "chama" a viver juntos.

1.1. Os religiosos assistem ao escandaloso espetáculo de uma fraternidade corrompida, onde convivem ricos epulões que esbanjam o supérfluo e lázaros mendigos que não têm nem o necessário. Infelizmente na mesa da Humanidade não cabem todos os homens, e, enquanto alguns poucos assistem ao banquete, muitos têm de se contentar com olhar as luzes da festa. E, assim, o "luxo de uns poucos se converte em insulto contra a miséria das grandes massas" (PP. 3, Puebla, n.º 16). A miséria vai-se estendendo como uma mancha sinistra sobre a geografia humana. Somente na América Latina, 100 milhões de pessoas, dos 320 milhões existentes, vivem em **extrema necessidade**, isto é, com uma renda anual inferior a 75 dólares dos Estados Unidos. E, enquanto um terço da Humanidade passa fome, gastam-se bilhões de dólares em armas e instrumentos de destruição (com 1% desta soma gigantes-

ca poder-se-ia proporcionar um suplemento de proteínas a 200 milhões de crianças desnutridas, o que lhes asseguraria o pleno desenvolvimento cerebral).

A violência vai conquistando entre nós direito de cidadania (basta abrir um jornal ou escutar um noticiário): a violência do contra-revolucionário que quer conservar o "statu quo" às custas de qualquer preço (violência **institucionalizada**) e a do revolucionário que ataca a ordem estabelecida também a qualquer preço (violência **revolucionária**), e, assim, desencadeia-se uma "espiral de violência": opressão-subversão-repressão. Bastam estes dados para adivinhar todo o quadro.

O grito, cada vez mais atordoante e ameaçador, de um mundo condenado à fome de pão e de justiça, de liberdade e de amor, de respeito aos direitos fundamentais do homem (cf. Puebla, n.º 49), não pode deixar insensíveis os religiosos, testemunhas insubornáveis de um Deus cuja mensagem de amor aos outros constitui a quintessência de seu anúncio libertador (cf. Mc 12,28-34; 1Jo 3,11; Jo 12,34-35; 115,12-17; 1Jo 3,23; 4,11; 5,1; 2Jo 26,33), expressão necessária da fé (Gl 5,6; cf. Tg 2,14-17; 1Pd 1,22), cimento e raiz de toda comunidade de cristã (cf. Ef 3,17), distintivo para conhecermos os discípulos do Senhor (cf. Jo 13,35).

1.2. Se o mundo espera algo da Igreja HOJE é que esta se revele como um testemunho "provocador" do grande acontecimento da Fraternidade Humana. A pregação de Jesus é o chamado dirigido aos ho-

mens para formarem uma FRATERNIDADE (o Reino). Isto constitui a "especialidade" do cristianismo. Por isto, nós, cristãos, estamos endividados com o mundo de hoje, que, por um lado, sofre um vazio dramático de Fraternidade, e, de outro, anseia por ela utopicamente. A fraternidade criada por Jesus é reconciliação (cf. Ef 2,14-16) e a reconciliação passa pela Justiça. Um mundo onde não há igualdade de oportunidades, nem liberdade de expressão e consciência, onde nem as legítimas aspirações são satisfeitas... não pode ser fraterno porque nem sequer é justo. Poderíamos perguntar-nos com sinceridade: até que ponto a fraternidade cristã dá hoje ao mundo o escândalo da igualdade fundamental e de uma vida compartilhada na justiça e no amor? As comunidades cristãs são lugares privilegiados de reconciliação, de crítica ao egoísmo e às injustiças dos homens ou grupos inofensivos e inócuos?

1.3. Nesta mesma linha de **toda** a Igreja se situam as comunidades religiosas. Dentro deste Povo de Deus — todo ele fraterno —, alguns homens e mulheres sentiram a **impaciência de compartilhar totalmente dele** para viver em um só coração o serviço, o louvor e a fração do pão, querendo realizar já, embora pobremente, o que a Igreja quer ser no mundo, aquilo que se esforça por fazer os homens alcançarem: **uma autêntica fraternidade**. Uma vocação assim — que não se diferencia substancialmente da de todo batizado, mas que se expressa com tal impaciência que a leva a escolher um estilo de vida (**o da fraternidade total**), é hoje um serviço sem igual

para um mundo que tende à solidariedade, porém que se acha dividido por desigualdades escandalosas que clamam ao céu, pelo pecado de uns e outros. Já se vê a responsabilidade destas comunidades como convite à reconciliação e à paz, e como uma crítica ao egoísmo, à ambição e aos baixos instintos do homem.

Se a vida religiosa tem hoje uma oportunidade e um papel a desempenhar, estes são o de criar em toda parte, permitir, suscitar, animar e sustentar casas de vida **autenticamente fraterna** que não fiquem limitados a nossas comunidades, mas que possam ser muito abertos e que, partindo de nossas comunidades, englobem os outros. O que todo mundo espera de nós é que mostremos **a força e a potência criadoras do amor que nos uniu** e que, embora os fios (cada um de nós) sejam fracos, o tecido feito pelo Espírito do Senhor que nos chamou a viver juntos não pode ser rompido por ninguém:

“Se a comunidade religiosa for o seio de onde nascem e chegam à plenitude homens libertados de si mesmos, de seu fechamento, de seus egoísmos, de seus desânimos, do que mantém o homem escravizado, a fonte que os conserva unificados e serenos, felizes à espera do futuro, todos irmãos entre si, que sinal de esperança não se abrirá para todo o mundo! Os homens verão que o sonho de um mundo melhor, em que cada um será mais irmão do outro, não é uma utopia impossível, mas que pode conter em si um começo de realização. E tudo isto porque **alguns creram em Cristo e em suas**

promessas, porque aceitaram ser interpelados pelo Espírito e abrasados pelo fogo que purifica” (Matura).

1. 4. Todavia existe algo de extrema importância: quando a vida comunitária cresce e se revigora, toda a vida religiosa se robustece e se consolida.

Quanto mais se aprofundarem as relações de confiança e de serviço entre os Superiores e os irmãos, mais madura, adulta e responsável será a obediência. Em um clima de amizade e de fé, mais facilmente se busca, se descobre, se aceita e se vive a vontade do Pai em comunhão com os outros, estimulados e guiados pelo Superior (OBEDIÊNCIA).

“Os amigos no Senhor” encontrarão, em um trato simples, maduro e afetivo, uma grande garantia para serem homens para os outros na amizade e na comunhão (cf. PC 12) com todos, sem que nenhum invasor lhes roube sua liberdade de amar (CAS-TIDADE).

Entre amigos de verdade, como sugerem os Atos (cf. At 4,32), é mais fácil compartilhar tudo o que se é e se tem, sem reter para a própria segurança e proveito aquilo de que os outros necessitam (POBREZA).

A credibilidade e eficácia apostólica de nossa missão dependerá em grande parte de **nossa união de corações**. Não podemos pregar um Deus pai partindo de uma fraternidade corrompida: “Que todos sejam um, como tu, Pai, estás comigo e eu contigo; que também eles estejam conosco para que o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17,21). O

testemunho mais negativo para uma ação evangelizadora é o de uma comunidade dividida, carente de espírito fraterno, onde irrompem as lutas, ideológicas ou não, entre os religiosos. O bem dos Institutos, sua força evangelizadora consiste em que os religiosos se amem (AÇÃO EVANGELIZADORA).

2. Certa reação de desânimo diante da fraternidade

Quando percebemos com mais lucidez a exigência deste chamado para encarnarmos no mundo de hoje o rosto fraterno da Igreja, talvez pensássemos que fosse tarefa fácil, que bastasse libertar nossas comunidades de certos entraves, de quadros demasiado rígidos, para que a caridade encontrasse sua livre expressão e, assim, conseguisse crescer e expandir-se. No entanto, deparamos com a surpresa de que a primeira coisa que se manifestou entre nós com frequência foram as diferenças e tensões: diferenças de mentalidade, divergência de opiniões, tensões provocadas por caracteres diferentes, ocultas ou encobertas até então pela uniformidade da vida em comum. Foi por isto que ocorreu em várias congregações certa **reação de desânimo**. Descobriu-se que a vida fraterna era muito difícil, quando não impossível, de ser vivida em meio a tantas diferenças de mentalidade, cultura, formação, etc.

2.1. A maior inserção no mundo a que pretendemos servir e a maior flexibilidade das estruturas conseguiram constituir uma barreira de grande importância, quando não vivemos uma vida internamente coesa

ou momentos "fortes" de expressão comunitária.

2.2. Às vezes, verificam-se divisões entre os membros das comunidades por causa de suas visões teológicas diferentes a respeito da Igreja, da vida religiosa... , da maneira de aproximar-se da realidade e das opções pastorais que daí decorrem. Isto costuma criar distâncias (com freqüência educadas, sem que faltem, porém, atitudes agressivas e intolerantes), que levam, com certa facilidade, a pôr etiquetas apriorísticas para distinguir obras e pessoas que nem sempre se conhecem a fundo, ou então se desconfia de um processo de amadurecimento, de enriquecimento e de mudança que se realiza em pessoas sem posições irreformáveis assumidas e que buscam a verdade com um coração sincero. Por meio de uma maior e mais profunda comunicação evitar-se-iam não poucos mal-entendidos.

2.3. Às vezes, o que nos separa é justamente o que mais deveria congregar-nos no consenso: o **enfoque da missão hoje**. Há os que admitem em teoria os Capítulos Gerais, mas os interpretam seletivamente, isto é, isolando ou radicalizando este ou aquele aspecto de tais Capítulos, e desvalorizando em função do aspecto mais visado todos os outros. E, assim, exclusiviza-se o que bastava ser acentuado e silencia-se o que não deve ser calado. Isto ainda se agrava mais quando há um vazio de decisões por parte dos responsáveis (decisões que devem ser buscadas mediante um rigoroso discernimento, um diálogo franco e leal com os irmãos), vazio que costuma ser preenchido por ações "individualistas" ou

por obras assumidas de fato por imposição de grupos compactos (sejam lá de que cunho forem), que se impõem com a tática dos fatos consumados ou da resistência passiva.

É verdade que nos tratamos com o maior respeito e nos aceitamos com a maior cordialidade. Parece que vamos habituando-nos a um sadio pluralismo. Baixou o tom da agressividade dos grupos de pressão, a indiferença e as condenações mútuas. Alguns pensam que se trata mais de uma coexistência pacífica decorrente do cansaço, da convicção da inutilidade das discussões, do que de um sadio e legítimo pluralismo, oriundo da convicção profunda de que se pode amar radicalmente e compartilhar com pessoas muito diferentes.

3. Nova forma de vida comunitária

3.1. Vimos que cresce no coração dos religiosos um desejo cada vez mais sincero e vigoroso de viver em comunidade mais verdadeiramente fraternas, e já ressaltamos a importância disto para a vida e a tarefa apostólica de tais comunidades. Também não calamos as dificuldades que nos assaltam no percurso do caminho que estamos construindo na fé e na esperança.

3.2. Queremos agora constatar outro fato. É o da evolução no estilo comunitário. Trata-se de um processo. Simplificando um pouco, diríamos que estamos passando:

— de um teor de vida mais estático e estruturado para outro mais dinâmico e flexível;

— de um estilo de vida que gravitava mais em torno do comportamento regular para outro novo que enfatiza melhor as relações interpessoais entre os diversos membros;

— de uma **vida em comum** (conseguiu-se a união mais através de uma série de atos comuns que estavam estabelecidos institucionalmente) para uma **comunidade de vida**, rica de relações humanas, onde se dá grande importância à amizade, ao diálogo, ao acolhimento e à aceitação mútua, à valorização e ao respeito pela própria liberdade, à realização plena e alegre de cada um, levando em conta que, no plano de fé, entra um conceito de “rendimento” que torna “tentáveis” por causa do Reino até as renúncias, a cruz aceita e oferecida;

— de um estilo de vida que punha a ênfase na presença física para uma nova forma de vida que valoriza mais a compenetração de espíritos;

— de um compartilhar mais os bens materiais para um colocar em comum também as experiências de Deus, as atitudes em face da vida, as esperanças e os projetos, os problemas e as preocupações...

— de um viver mais preocupados com o que se passa dentro para uma sensibilidade mais acentuada diante dos problemas do povo que os rodeia, ao qual se sentem enviados com a missão de servi-los, e muito particularmente visando à evangelização dos pobres e à promoção da justiça.

3.3. Trata-se de comunidades de participação e corresponsabilidade e

não só de execução, que buscam juntas, na oração pessoal e compartilhada, no diálogo sincero, humilde e leal, que elaboram seu projeto comunitário em um clima de fé e de amizade, e avaliam fraternalmente o que fazem. São comunidades que não buscam uma **uniformidade** que encubra e oculte fingimentos e tensões, mas uma **forte unidade** que parta de um pluralismo razoável e legítimo.

Trata-se de comunidades construídas mais segundo o “projeto” da koinonia evangélica do que segundo o esquema das grandes organizações de “rendimento”, onde a autoridade se exerce sob uma forma de serviço, e a busca da vontade se realiza comunitariamente e em todos os níveis. São comunidades que carregam consigo as aspirações e as angústias de sua época, comunidades que se solidarizam com a busca e os sofrimentos de seus irmãos e irmãs e não consideram como estranho ou alheio nada que seja humano, comunidades que não vivem voltadas para si a fim de se olharem em demasia e gozar de um aconchegante ambiente de ninho, mas orientadas para a **missão** que representa o que lhes dá grande unidade e as dinamiza, comunidades que, sem perderem sua identidade, procuram inserir-se mais e melhor na Igreja local e entre os irmãos a quem são enviados a servir, esforçando-se por evangelizar através de seu próprio testemunho de fé e de fraternidade, assumindo um compromisso maior com a justiça e promovendo-a a partir da fé.

4. Quais são as dificuldades mais significativas que se descobrem hoje nas comunidades religiosas e que as deixam marcadas?

No intuito de apresentar uma síntese, assim as resumiríamos:

1.^a) A FALTA DE CONSCIÊNCIA PRÁTICA DOS MEMBROS DAS REFERIDAS COMUNIDADES DE QUE SOMOS "CON-VOCADOS". Isto significa que os outros membros da comunidade, tais quais são, representam **um dom do Senhor** para mim; e até um **dom necessário** no projeto de vocação que o Senhor me designou.

No ponto de partida da comunidade religiosa sempre se encontra uma intervenção transcendente e extramundana do Pai que nos congrega. A comunidade jamais deve perder a **consciência** deste acontecimento criador e que a sustenta ao longo do caminho.

Não quero dizer que ao organizar as comunidades não se necessite levar em conta a **diferença de sensibilidade e de mentalidades** e não se procure fazer com que a colaboração fraterna seja possível e fácil; digo, porém, que uma fraternidade religiosa deve aspirar a ser muito mais do que um clube de trabalho ou uma associação de amigos; que ela tem de testemunhar a força criadora do Espírito que suscita hoje, no mundo, um mundo em Cristo. Nada tem de contrário ao ideal religioso e as comunidades prestam um serviço ao Evangelho, quando se aplicam com seriedade a dar à **dimensão humana** da existência toda a sua plenitude.

O que se deve evitar, e até escrupulosamente, sob pena de ver as comunidades perderem substância evangélica e o testemunho "provocador" de fraternidade, é que a dimensão humana invada todo o horizonte a ponto de fazer esquecer todo o resto.

A fraternidade religiosa não é um **clube de amigos** que têm pouco mais ou menos em comum a mesma sensibilidade, as mesmas opções e reações, e pode encontrar-se facilmente para compartilhar o que lhes é comum. Ela é uma Fraternidade em que a Palavra do Senhor nos "congrega". É **este chamado** de Cristo que nos "con-voca", esta preocupação da busca "em comum" do Senhor, o eixo focal aglutinante de toda autêntica **fraternidade de fé**. E isto sem ignorar, mas até supondo em seus justos limites, a afinidade psicológica e mental entre os membros.

A "comunidade religiosa" nasce da vontade do Pai que nos congrega em um só Corpo; e consiste no "con-sentimento" ativo e pessoal de todos os membros em fase do cumprimento da Vontade divina, sob a moção do Espírito que nos guia pessoalmente por meio de uma obediência responsável, com vistas a uma vida apostólica comprometida. Trata-se de uma comunidade de pessoas chamadas por Cristo a viver com Ele e, assemelhando-se a Ele, realizar a obra de Cristo em si mesma e entre os homens.

Numa comunidade construída por causa do Evangelho, uma **seletividade absoluta** seria contrária ao espírito da Koinonia; mas agrupar pes-

soas entre as quais não existe um limiar mínimo de convivência, de compreensão e de possibilidade de diálogo, seria tentar a Providência. Como se formam nossas comunidades hoje?

Somente partindo desta perspectiva lúcida (a consciência de que somos "convocados" pelo Senhor) é que existe a possibilidade de uma aceitação mútua que, sem ignorar os acoplamentos psicológicos e supondo-os dentro de certos limites realistas, nos torna capazes de **AMAR RADICALMENTE E DE COMPARTILHAR COM PESSOAS MUITO DIFERENTES, DE BUSCAR A PESSOA ACIMA DE SUAS IDÉIAS E OPINIÕES, DE CONSEGUIR A AFIRMAÇÃO FUNDAMENTAL DO CRISTO QUE NOS UNE E A ABERTURA A UM AMPLO PLURALISMO EM MUITÍSSIMAS COISAS**, fonte de tensões enriquecedoras e criativas, não de divisões nem de destruição mútua. Permitam-me insistir em um ponto que julgo muito importante. Estou convencido de que um dos maiores obstáculos para nos amarmos é a oposição das idéias com as teologias subjacentes, a tensão de mentalidades e o fluxo e o refluxo de sentimentos encontrados. Nós, religiosos, temos que buscar obstinadamente a **UNIDADE**, precisamente a partir desta situação conflitiva. Temos que ser capazes de criar dentro de nossas comunidades uma vida mais humana, um ambiente mais agradável, e viver mais evangelicamente. A solução não virá, pelo menos a médio e curto prazo, através da unificação de critérios e linguagem em todos os membros de uma casa. Cada um não poderá deixar

de ver as coisas como as vê. No entanto, para comungar com uma pessoa não é necessário comungar com suas idéias e seus projetos. A maioria das verdades não são equações matemáticas com que todo mundo tenha necessariamente de coincidir. Dá a impressão que queremos mais as idéias do que as pessoas e que antepomos nossos projetos pessoais ao dos filhos de Deus. O momento supremo da Verdade que há de unificar os ânimos de todos está além de nosso horizonte peregrino.

2.^a) **A DEFICIENTE INTERCOMUNICAÇÃO PESSOAL.** Não fomos formados para ela, pelo menos nas gerações passadas. E esta quer ser uma crítica abrangente e construtiva. Não nos conhecemos verdadeiramente em níveis que seria lícito supor (e até exigir) entre religiosos.

Acho que é preciso organizar em nossas comunidades um sistema de **comunicação aberta, humilde e sincera.** Sem uma comunicação normal, fluída, sincera, uma comunidade não progride nem humana nem espiritualmente. E tenha-se em conta que esta comunicação se dá em vários níveis. Há uma comunicação, por exemplo, que preenche 70% de nossas relações. Refiro-me à comunicação não expressa em palavras (gestos, silêncios, caras...). Há silêncios mais eloqüentes que mil palavras. Como pode expressar-se a amizade, crescer e fortalecer-se quando não existe um diálogo franco, leal e sincero entre os membros de uma comunidade? Entretanto, não se pode estabelecer **uma comunicação aberta e sincera** quando falta um **ambiente de confiança.** Confiar-se é fiar-se totalmente no outro, é ser considerado digno

de fé... Para criar uma comunicação que valha a pena, ajudará muito assegurar **um fluxo normal de informação longe de todo secretismo**. A comunidade como tal deve animar-se e estimular-se sem cessar nesta busca fundamental, não só no exemplo e na exigência mútua, mas também organizando **estruturas de reflexão e de intercâmbio**. Seria anormal que houvesse intercâmbios e diálogos sobre todos os assuntos, exceto sobre o projeto essencial: a fé e a vida segundo o Evangelho. Não só reflexões teóricas ou impessoais, mas uma verdadeira colocação em comum do que cada um traz de profundo e de misterioso.

Acho que há um pudor exagerado e uma imensa distância até entre pessoas que passam convivendo muitos anos e que neste plano de pura convivência exterior se arranjam suficientemente bem. É evidente que a muitas comunidades falta a união de corações, de que devem ser sinais, e a alegria, que é a medida exata de tal união.

Ambos os testemunhos e o expresso no item anterior devem ser hoje um serviço especial prestado a um mundo em que a convivência se vai tornando tanto mais difícil quanto mais requerida e mais necessária, e em que, apesar de se formularem desejos intensos de unificação, se dão, a passos forçados, numerosas provas de parcelamento e de tribalização.

3.^a) UNIDADE MAIS NA SUBMISSÃO DO QUE NA PARTICIPAÇÃO. Tenho a impressão de que em algumas comunidades permanecem certos restos de uma formação

deficiente no desenvolvimento da responsabilidade no viver e no fazer, uma formação que pretendia a **UNIDADE** mais na **submissão** do que na **participação**.

4.^a) PRESSUPOSTOS PSICOLÓGICOS CLARAMENTE EXAGERADOS. Parece que não raras comunidades novas foram planejadas partindo de pressupostos psicológicos claramente exagerados. Há, com efeito, aspectos psicológicos individuais e grupais que convém levarmos muito em conta. Mas nunca uma verdadeira comunidade "cristã" pode ser fundada quando se baseia principalmente neles. Nem uma família boa e bastante unidade depende apenas deles; depende também de outros valores por meio dos quais até pessoas temperamentalmente difíceis são aceitas e queridas.

Nesta mesma linha, projetaram-se tipos de comunidades que não permitem a seus componentes um mínimo de privacidade. Mesmo a família mais unida não agüenta a presença física, durante as 24 horas do dia, todos os dias. Parece que, com frequência, são esquecidas características particulares de nossas comunidades, sobretudo quando, além de comunidades de vida, são também comunidades de trabalho.

5.^a) COMUNIDADES SEM MISSÃO CONCRETA. Acho que não poucas comunidades novas se fundaram, com certa frequência, sem alguma missão concreta (também há comunidades mais tradicionais que já não a têm), sem um projeto de vida bem discernido e aceito por todos, sem uma mística partilhada claramente por aqueles que

tinham de viver juntos de qualquer maneira; com um certo complexo de messianismo e de profetismo a respeito de comunidades de "teor mais tradicional" que os fez distanciarem-se delas, e inclusive consumir divisões dificilmente justificadas pela ação do Espírito.

5. Que pontos as comunidades religiosas teriam de enfatizar hoje?

5.1. **É claro, a meu ver, que, antes de tudo, o DISCERNIMENTO.** Nele se encerram todos os outros pontos e meios necessários. Mas o discernimento verdadeiro é muito difícil. Exige muita humildade, muita paciência, aceitação plena do outro como complemento de minha própria existência; exige que eu me mova de modo conatural em um plano de fé... É preciso educar para o discernimento desde os primeiros anos.

É claro que a comunidade se forma girando em torno do discernimento. É importante, porém, que o objeto deste discernimento não seja sempre, nem freqüentemente, a própria comunidade e seus problemas íntimos. Isto desgasta e amesquinha a comunidade. E deve ser muito mais evitado quando se trata de comunidades religiosas de tipo apostólico.

Claramente é mister dar, neste discernimento, uma grande **predominância** à missão objetiva, que os membros da comunidade devem realizar, a seus projetos, aos proble-

mas novos da missão que têm de compartilhar com todos esclarecendo-os, às revisões da tarefa comum...

5.2. **É necessário enfatizar constantemente a relação comunidade-missão.** Uma comunidade introvertida acaba neurótica e transformada num pequeno inferno. Uma condição de grande importância para que nossa renovação comunitária seja real consistirá sempre em criar **comunidades abertas**: abertas para **dentro** na comunicação humilde e sincera de uns com os outros, e abertas para **fora**, para o mundo dos homens. Nossa abertura e nosso diálogo com o mundo não de ser sempre um estímulo à revisão, uma provocação para pensarmos, discernirmos e examinarmos tudo o que, de outra maneira, tendemos a considerar como suposto, sem nos permitirmos um distanciamento do mundo a que queremos servir, atitude que teríamos que pagar em termos de ineficácia apostólica ou esterilidade.

Um recente Capítulo Geral expressou, com muita exatidão, esta idéia com os seguintes termos: "Nossa comunidade deverá viver orientada para a missão, trabalhando, com realismo e entusiasmo, para construir o Reino. Poderá fazê-lo se se mantiver unida; se orar, se avaliar e discernir — como o está fazendo — à luz da fé e de nosso sentido da missão. A comunidade irá configurando-se na medida em que vivermos abertos à ação evangelizadora que as pessoas e os povos com que trabalharmos realizam em nós".

5.3. Mesmo admitindo a importância que tem a comunidade local, será preciso relativizá-la muitíssimo em relação à comunidade de todo o Instituto e até em relação à comunidade cristã da Igreja. Com isto, quero dizer que uma verdadeira comunidade deve ser aberta a todo tipo de relações com outras comunidades cristãs, sob pena de degenerar em seita, de radicalizar-se e auto-excluir-se do corpo total da Congregação ou da Igreja.

5.4. É preciso admitir para todos uma certa pluralidade das comunidades religiosas, como acaba de reconhecer o Documento de Puebla (n.º 731) e o próprio Paulo VI em sua Evangelica Testificatio n.º 41). Parece um tanto antinatural promover um modelo único de comunidade, seja lá de que tipo for.

Há pessoas, a meu ver, verdadeiramente chamadas pelo Senhor, que requerem comunidades não muito pequenas, e que, inclusive, não agüentariam comunidades assim. Por isto, não podemos julgá-las como não aptas para a vida religiosa, embora possam não sê-lo para determinadas formas de vida da mesma. Certamente, é preciso exigir de todos um mínimo de capacidade de relacionamento, de comunicação e de entrega aos outros, que os torne agentes de comunidades (da comunidade possível) no local onde Deus os coloca.

Por outro lado, existe certo tipo de pessoas, hoje não tão raras, que mostram não ser livres em face de sua comunidade e dão a impressão de não poder prescindir de seus companheiros nem desapegar-se de-

les até mesmo por motivos de uma missão justificada. Assim, demonstrariam não ser aptos para uma comunidade apostólica, que requer uma total disponibilidade em seus indivíduos e em si mesma.

6. Fenômeno das comunidades pequenas

6.1. Antes de mais nada, talvez conviesse não cairmos na tentação de considerar as "pequenas comunidades" como algo de especial na vida religiosa, já que sempre existiram e que em muitos institutos são a forma normal de vida.

6.2. Mas a experiência das "pequenas comunidades" (e não se trata principalmente de números, porém de estilo de vida que os números de fato favorecem de maneira acentuada) apresentou-se recentemente como um fenômeno que forma parte de um movimento extremamente complexo de experimentação, de renovação, de reação a velhas fórmulas, de adaptação a novas exigências de trabalho e de formação... Há quem as tenha absolutizadas como se fossem a fórmula mágica para as dificuldades pessoais e sociais (na realidade, ao invés disto, elas desmascaram e agravam tais dificuldades). Há também os que já as estigmatizaram. A verdade é que é difícil emitir um juízo de valor (em Puebla a Comissão que trabalhou na parte referente aos religiosos não conseguia chegar a um acordo quanto à avaliação das "pequenas comunidades": os 7 bispos — 6 religiosos — que a integravam eram bem mais críticos, ao passo que os 11 religiosos e reli-

gias, embora reconhecendo as deficiências, eram muito mais positivos). E, na realidade, que é que se avalia ou valoriza? O projeto das “pequenas comunidades” em si mesmo ou então esta ou aquela realização concreta? Não pode fracassar estrepitosamente uma experiência válida e inovadora por culpa do despreparo, da falta de maturidade humana e religiosa, do pouco apoio comunitário ou da motivação não purificada dos que a fizeram?

6.3. O Padre Arrupe, com grande conhecimento de causa, confessou recentemente: “Não raras comunidades pequenas surgiram num primeiro momento sem o devido discernimento, por motivações pouco purificadas, o que ocasionou que, em algumas Províncias, se ache desacreditado e circundado de suspeitas este tipo de comunidade. Todavia, nos lugares onde se planejou e executou com reflexão e prudência, tais comunidades deram excelente resultado, evitando muitas dificuldades às macro-comunidades.

“Com isso, deixa-se de reconhecer que as comunidades mais numerosas também têm valores que lhes são próprios, e que, em casos não raros, para determinados tipos de apostolado, elas apresentam vantagens que as pequenas não possuem”.

6.4. As vantagens das comunidades mais reduzidas são bastante evidentes em teoria: oferecem possibilidades de maior coesão dos membros entre si, de maior participação na vida comum e em suas responsabilidades, de maior compromisso de sentimentos, viver-se mais

a vida de todos... Isto leva mais naturalmente a uma vida de fé mais participada, a uma oração comunitária mais facilmente vivida; favorecem-se mais as relações pessoais; cada membro se sente responsável “por todos os outros”; desaparece com maior facilidade o fenômeno dos “solitários”, há maiores possibilidades de encarnação na vida da sociedade a que servimos, elas se tornam mais acessíveis; normalmente, é maior a flexibilidade e também é maior o sentido da provisoriedade...

6.5. **Os possíveis perigos** também são evidentes (alguém falou de uma **fácil utopia para dentro e para fora**: para “dentro” — exigindo da comunidade muito mais do que esta pode dar, e para “fora” — achando que basta estar EM um meio mais reduzido e popular para viver MAIS encarnado); o risco de se converter em seita (o cisma é sempre a tentação de todo o grupo pequeno e inovador); o perigo de agravar as diferenças e aumentar a conflitividade quando as pessoas se desmascaram e não se integram; o risco de perder a própria identidade no viver e no fazer; a tentação de afastar um legítimo e razoável pluralismo, substituindo-o pelo perigo da auto-suficiência; “Nós, sim, fazemos; vocês, não...”.

6.6. Acho que, apesar de tudo, as “pequenas comunidades” podem ser — e já o estão sendo em alguns lugares — UMA ESPERANÇA para o hoje e o amanhã da vida religiosa pelo que supõem de **fermento evangélico FRATERNAL** em meio a um mundo dividido, considerando-se, além disto, a situação sem-

pre crescente de diáspora em que teremos de evangelizar. Elas devem ser **um convite** à reconciliação e à paz e uma **crítica** valiosa contra tudo o que contradiz ou desvia do projeto de comunhão fraterna no que vemos implicada a Aliança do Deus vivo da Revelação.

Por outro lado, todos desejamos comunidades onde a amizade no Senhor, a acolhida, a compreensão recíproca, o diálogo sincero e leal, o perdão mútuo, o alento de todas as horas sejam valores reais encarnados em nosso viver quotidiano.

Mas estas "pequenas comunidades" serão de fato esta **ESPERANÇA, UMA INICIATIVA INOVADORA E CORAJOSA**, com a condição de que cumpram uma série de condições que o Documento de Puebla assim resumiu: "Motivação evangélica, comunicação pessoal, oração comunitária, avaliações, integração no instituto e na diocese mediante a indispensável assistência da autoridade" (731).

É necessário, portanto, ter primeiro um fim evangélico e preciso, uma estrutura diversificada de acordo com as intenções perseguidas, uma finalidade incondicional dirigida à oração, um espaço suficiente para à defesa da própria identidade contra a invasão de uma possível "mundanização" (p a c t o com os falsos valores do mundo) e a dispersão das relações múltiplas; uma abertura humilde e sincera aos outros, a capacidade de avaliar-se, de sentir-se vulnerável, etc.

6.7. No fundo, acho que o grande problema das "pequenas comunidades" é o das **PESSOAS**:

— **Por que se reúnem?** É o Evangelho a motivação suprema?

— **Para que se reúnem?** Para viver comprometida e eficazmente sua vida e sua missão evangélica?

— **Quem são os que se reúnem?** Pessoas suficientemente equilibradas e maduras em sua fé e em sua experiência humana (normalmente, quem não serve para uma comunidade de cunho mais tradicional, não costuma servir para uma comunidade reduzida, e esta constatação é nada menos a que fez o Pe. Koser, ex-Superior Geral dos Franciscanos).

— Enviadas para uma missão ou auto-escolhidas para um auto-destino?

6.8. Há comunidades que caminham contrafeitas porque assim nasceram. Os projetos de criação de novas comunidades devem ser seriamente pensados e amadurecidos mais por uma experiência de discernimento espiritual do que pela perspectiva "científica" dos peritos. Sabemos, além disto, que uma comunidade fraterna nunca é uma realidade que nos é dada já pronta. Nós é que a vamos criando, dia a dia, com a participação humilde e generosa de todos.

6.9 O Senhor nos reuniu para construir com todos, superando nossas limitações pessoais e de grupo, uma vida mais compartilhada na fé, na oração, no compromisso (tudo isto concretizado em um **projeto comunitário**)... E isto apesar das dificuldades e da conflitividade com que tropeçamos na vida diária. Estes conflitos internos não devem para-

lizar-nos, porque são um sinal de que vivemos em um projeto comum, de que os outros nos interessam, de que queremos viver com sinceridade... Não é o momento de analisar a fundo tais conflitos. Eu só queria observar duas coisas:

1.^a Que procuremos viver estes conflitos da melhor maneira possível, como se enfrentam e se resolvem os problemas entre irmãos: no respeito, na compreensão, na humildade, no diálogo sereno, na aceitação de um legítimo e sadio pluralismo, libertando-nos dos falsos aspectos de "unidade" que nos paralizam. A unidade a que somos chamados não consiste nesta "uniformidade" que envolve o que há por dentro, ocultando dissimulações e tensões; é a "unidade" que cria a caridade de Cristo ao fazer-nos superar as diferenças e as barreiras que existem entre nós. Será, às vezes, uma convivência dolorosa mas criadora de unidade. Não se trata, por outro lado, de viver uma comunidade ideal e portanto fictícia, mas de uma vida em comum, fundamentada na caridade, na fé, no perdão, na aceitação de cada um como é: com suas qualidades e fraquezas, reconhecendo lucidamente as legítimas diferenças e não procurando dissimulá-las ou suprimi-

las, mas antes assumi-las em uma unidade superior que será um sinal eficaz e libertador de que o amor do Senhor é maior do que nossas resistências e fraquezas.

2.^a Que não chegaremos às soluções definitivas de nossos conflitos com métodos puramente técnicos. Não foi assim que o **crente** Paulo enfrentou os conflitos, não menos radicais e inquietantes, que surgiram nas Igrejas por ele fundadas. Ele não minimizou estes conflitos, nem os ignorou. Encarou-os **com fé**. Precisamente questionando a fé dos crentes é que pretendeu superá-los. Para ele, a fé é a fonte de uma nova união. Paulo não contava — nem as igrejas de então — com tantos meios humano-psicológicos como os que temos, mas sua fé era mais forte e mais ardente do que a nossa. Sem ignorar os meios, talvez devêssemos insistir mais na fé.

Para terminar, acho que devemos esforçar-nos no Espírito para criar uma vida fraterna tal que represente um convite à justiça e à reconciliação, e que seja uma crítica a uma sociedade dividida, que convença todos os homens de que é possível viver como irmãos, mesmo sendo tão diferentes, e isto por causa da força criadora do Espírito e de sua novidade radical.

BIBLIOGRAFIA

Alaiz, A., **Los testigos de la fraternidad. Dimensión comunitaria de la vida religiosa**, Ed. Paulinas, Madri, 1971.
Alonso, Severino M., **La utopía de la vida religiosa**, Instituto teológico da vida religiosa, Madri, 1982.
Asiain, M. A., **En busca de la renovación de nuestra vida comunitaria**: Vida Religiosa 287

(1975), pp. 405-420.
Aubry, J., **La vita religiosa nella sua dimensione comunitaria o ecclesiale**: Teologia da vida religiosa, Elle Di Ci, Turim, Leumann, 1969, pp. 42-53.
Bandera, A., **Indole comunitaria de la vida religiosa** in Siguiendo a Jesucristo, Ope, Guadalajara, 1970, pp. 247-298.
Bonhoeffer, D., De

la vie communautaire, trad. de F. Ryser, Paris, 1947. Cabra, P., **Il rinnovamento in atto della vita religiosa** in Rinnovamento e futuro della vita religiosa, CISM, Roma, 1978, pp. 84-91. Carpentier, R., **Les communautés religieuses dans le peuple de Dieu**: Courrier Communautaire international, 1966, pp. 29-39. Carrier, H., **Comment gouverner des communautés en évolution?**: Supplément de la Vie Spirituelle 99 (1971), pp. 375-392. Cerfeaux, L., **La première Communauté Chrétienne à Jerusalem**, Ed. Gembloux, 1954. Clarke Th., E., **Religious Community: The Way** 10 (1970), pp. 103-112. Conselho Pastoral Holandês. **El celibato y la vida comunitaria de los religiosos** in Religiosos en una sociedad nueva, Sígueme, Salamanca, 1971, pp. 53-76. Chenu, M. D., **Fraternitas. Evangile et condition socio-culturelle**: Rev. Hist. Spirit. 49 (1973), pp. 385-400. De Bonhome, A., **Grandes ou petites communautés?**: Vie Consacrée 40 (1968), pp. 336-352. Del Planque, B., **La vie en communion**: Suppl. de la Vie Spirituelle 21 (1968), pp. 303-339, 495-542. Delespesse, M., **Nuevas Comunidades y Vida Religiosa**: Concilium 97 (1974), pp. 116-127. Futrell, J. C., **Search for Unity**: Review for Religious 30 (1971), pp. 426-437. Gambino, J., **La dimensione comunitaria o di Koinonia della vita religiosa**: Per una presenza viva dei religiosi nelle Chiese en el mondo, Elle Di Ci, Turim-Leumann, 1970, pp. 245-270. Guerrero, J. Ma., **Nueva perspectiva en la vida de comunidad?**: Vida Religiosa 25 (1968), pp. 415-420. **Los religiosos, signos creíbles de una alternativa nueva?**: Vida Religiosa 324 (1977), pp. 223-235. **Comunidades religiosas a la búsqueda de sua unión y misión**: Vida Religiosa 324 (1977), pp. 463-470. **Testigos de un porvenir de esperanza**, Ed. Paulinas, Lima, 1976, pp. 68-73. Hostie, R., **La communauté, relations de personnes**, DDB, 1967. Legrain, T., **Aujourd'hui la communauté**: Spiritus 41 (1970), pp. 176-194. Matura, T., **Célibat et communauté. Les fondements évangéliques de la vie religieuse**, Les édit. du Cerf, Paris, 1967. **La comunidad evangélica**: Cuadernos franciscanos de renovación, n° 4 (1968), pp. 260-266. **Crear una Comunidad Religiosa hoy** in La Comunidad Religiosa, Inst. Teoló-

gico de la Vida Religiosa, Madri, 1972, pp. 287-301. Nicolás, A., **La comunidad religiosa en la confluencia de todos los signos** in El horizonte de la esperanza. La vida religiosa hoy, Sígueme, Salamanca, 1978, pp. 245-286. Nuji, T., **New Forms of Community Life**: Review for Religious 32 (1973), pp. 58-76. Nuy Ton., **Les nouvelles formes de communauté**: Pro Mundi Vita 41 (1972) 8. Paoli Arturo, **De la "Comunidad Refugio" a la "Comunidad Riesgo"**: Vida en Fraternidad 4 (1971), pp. 8-10. Pastor, G., **Estilo de vida: consideraciones sociológicas en torno a la comunidad religiosa**: Vida Religiosa 31 (1971), pp. 194-303. Pennington, B. B., **A Community For Today and Tomorrow**. Review for Religious 32 (1973), pp. 508-513. Pikaza Xabier., **La fraternidad religiosa** in Esquema Teológico de la vida religiosa, Sígueme, Salamanca, 1978, pp. 109-118. Rahner, K., **Über die Einheit von Nächsten und gottesliebe** in Schriften VI, Eiseseln, 1965, pp. 277-298. Rasco, A., **De "summaris" viatae christianae** in Actus Apostolorum. Introductio et exempla exegetica, Roma (PUG), 1968, pp. 330-371. Remy J. e Hambye, F., **Crise de la communauté**: Lumière et Vie 93 (1969), pp. 85-111. Renard, L., **Un type d'appartenance communautaire dans la vie consacrée apostolique**, NR Th (1974), pp. 61-68. Rueda, B., **Apología y desmitización de la vida común**, Ed. Paulinas, Madri, 1970. **Proyecto comunitario**, Instituto teológico de vida religiosa, Madri, 1979. Schumann, H., **Le groupe des disciples de Jésus, signe pour Israel et prototype de la vie selon les concils**: Christus 13 (1966), pp. 184-209. **Superiores Maiores Argentinas. La Comunidad Religiosa: I, Comunidad-comunión. Comunidad-Institución**: Vida em Fraternidad 8 (1971), pp. 13-20. **Comunidad religiosa y vocación**: Vida en Fraternidad 9 (1972), pp. 19-26. Thurian, M., **L'esprit de la vie en communauté**: Doc. Cathol. 1762 (1979), pp. 390-393. Tillard, J. M. R., **La communauté religieuse signe de la "Koinonia" de charité**: Les grandes lois de la rénovation de la vie religieuse en L'adaptation et la rénovation de la vie religieuse, Unam Sanctam, Paris, 1967, pp. 146-157. **Les religieux au coeur de l'Eglise**, Cahiers de Communauté Chrétienne, 5, Montreal, 1967. **L'eucharistie**

et la fraternité: NRTH 91 (1969), pp. 113-135. **La communauté religieuse:** NRTH 94 (1972), pp. 488-519; 95 (1973), pp. 150-187. **La comunidad religiosa, lugar de "resurgimento de Cristo"** in El Proyecto de vida de los religiosos, Inst. Teológico de Vida Religiosa, Madrid, 1975, pp. 229-323. Voillaume, R., **Las pequeñas comunidades** in La Vida Religiosa en el mundo actual, Ed. Paulinas, Madrid, 1972, pp. 243-266. **La comunidad religiosa:** Instituto Teológico de Vida Religiosa, Instituto Teológico de la Vida Religiosa, Madrid, 1972, com uma ampla bibliografia até 1972, pp. 333-358. Zigrossi, A., **Per una teologia**

della vita comunitaria: Revista delle Religiose 19 (1970), pp. 326-332. **La comunità religiosa alla ricerca di Cristo:** Consacrazione e Servizio 20 (1971), pp. 499-503. **Vários. Supérieurs de communautés:** Supplément de la Vie Spirituelle 84 (1968), pp. 4-107. **La comunidad religiosa:** Instituto Teológico de Vida Religiosa, Madrid, 1972, com uma ampla bibliografia até 1972, pp. 333-358. **Comunicación Interpersonal:** Vida Religiosa 223 (1972), o número todo. **Los superiores generales ante la vida comunitaria:** Vida Religiosa 224 (1972), o número todo. Koinonia, Paris, 1975. Vita Comunitaria, Ed. Ancora, Milão, 1979.

Até onde é verdadeira esta afirmação?

Formados muito na base de ideais, os consagrados correm o perigo de viver num mundo imaginário, de acreditar em algo que está apenas na cabeça. Sabem **muita** coisa sobre pobreza, mas **pouco** dos pobres. Exaltam a obediência, mas não vêem nela uma relação libertadora. Não descobrem na castidade a promessa e a tarefa de recriar e refazer as relações humanas. A vontade de Deus permanece uma categoria abstrata, destituída de conteúdo salvífico mais amplo. Não pisam no chão da história porque os ideais não permitem ambigüidade e impureza. Leia com atenção do artigo de **Dom Vital Wilderink, O. Carm.**, na página 534.

Fugir da realidade: atitude de não-esperança

De que será feita a vocação de quem não chegou a tomar consciência do sério e do dramático da vida humana? Fugindo da realidade, o consagrado se declara secretamente dependente dela para definir o rumo de sua vida. É uma atitude de não-esperança. E quem não tem esperança jamais poderá descobrir a sua missão.

Obras, expressão necessária da fé

"Em JESUS vale a fé que opera pela caridade" (Gal 5, 6). "Que aproveitará, se alguém diz que tem fé e não tem OBRAS?" (Tg 2, 14). "A fé, se não tiver OBRAS, é morta em si mesma" (Tg 2, 17). "Assim como o corpo sem espírito é morto, também a fé sem as obras é morta" (Tg 2, 26).

SALESIANOS DE DOM BOSCO

No dia 14 de julho de 1883, chegavam, ao Brasil, os primeiros Salesianos de Dom Bosco. É óbvio que, no dia 14 de julho de 1983, se completava o primeiro centenário da presença e da ação destes religiosos no Brasil. Durante um ano os Salesianos celebraram, de forma intensa e programada, estes primeiros cem anos.

Pe. Marcos de Lima, SDB

Redator-Responsável

Convergência e Publicações CRB

Quais seriam as características do Salesiano de Dom Bosco?

A pergunta, certamente, confunde, sob a mesma visada, problemas de natureza diversa. Impossível identificar as características do **Salesiano de Dom Bosco**, se se falar numa linguagem unívoca como quando se fala das características do carro da linha marca, por exemplo, Volkswagen, comparando-a com a marca Fiat. Aqui as características são quantificáveis, tabuláveis e legíveis, estatisticamente, em termos de opinião do consumidor, peso, medida, desempenho, beleza, economia, esportividade, poder de publicidade, aerodinamicidade, etc. São notas avaliáveis pelos sentidos externos. O mesmo não ocorre quando se busca identificar as características de uma outra realidade, como as características de um religioso e, no caso específico, do **religioso salesiano** candidato ao sacerdócio ou já sacerdote ou irmão. Exige-se um pouco de interioridade e de convivência com ele para não mascarar o essencial — a chama do espírito — em proveito do secundário e irrelevante: as aparências. A verdade está sempre no âmago das pessoas e das coisas. E nós vivemos, por estranhos fluidos, o bailado entre o ser e o parecer. Daí o impasse para se pôr em evidência o que é verdadeiramente importante.

Dimensionada, então, assim, minha pergunta...

Admitida esta diferenciação analógica sobre realidades situadas em pólos opostos — o visível e o invisível — e aceita a certeza de que nestas páginas não há afirmações apodíticas e certezas viscerais e imutáveis, pois toda a tendência ao enfoque exclusivista torna-se barreira à credibilidade, arrisco indicar como notas características do Salesiano de Dom Bosco as seguintes:

1. **A inspiração unificadora.** No leque imenso, em delta, das atividades do Salesiano, o núcleo energético orgânico que tudo unifica é a **caridade de Cristo**, o zelo, o fervor, DEUS. Para além do horizonte peregrino, a intimidade das coisas eternas. Este é o foco irradiador inicial. É a preocupação primacial. **Dai-me almas.** Salvar almas. Esta é a inspiração que deve autenticar qualquer iniciativa da Congregação e de seus membros. Aliás, para o religioso, o centro de gravidade da vida não está simplesmente nas coisas a fazer, mas em DEUS. O homo faber não esgota a plena medida do homem. Só Deus tem o domínio real da vida e da morte. Só Ele pode plenificar o coração humano. Tudo o mais se mantém de guarda, à espera de seus desígnios.

2. **Familiaridade nas atitudes.** Ser útil mais do que ser brilhante. Riso fácil, comunicativo e forte tempero de simpatia. Grandeza de coração e simplicidade de trato. Nunca o argumento final será o **big stick**, isto é, a força. O Salesiano sabe, ou precisa saber, que não basta amar, em profundidade. Urge revelar-se amável sempre, porém, no resguardo de que suas aparências não podem compor uma farsa. Entre amar e revelar-se amável a diferença pode ser pequena, contudo, de incomensurável valor. A familiaridade é quase sinônimo de **bondade** inclinada a descobrir no homem e nas coisas não o defeito fácil, que está na vista de todos, mas a qualidade escondida, que está por baixo de todos os defeitos. É pela bondade que o homem se aprimora. Esta **familiaridade de atitudes** torna mais fácil viver aconchegados, quase em enxames, como fazem as abelhas, com sobriedade e discrição, sem disfarces, de alma aberta ao entendimento. O que gera o hábito de dizer francamente o que se pensa, pois a verdade só não se usa em cortesia. Este diálogo franco e isento tonifica as divergências e o caráter plural no convívio de pessoas sérias e responsáveis e cria aquela atmosfera em que se perde o medo de conversar porque se respeita a verdade alheia.

3. **Perspectiva otimista da vida.** O Salesiano considera, com realismo, o grande peso do mal moral, em nível de pessoa e em dimensão social. Mas aposta obstinadamente no homem e nos seus recursos naturais e sobrenaturais. Vive, portanto, ou tenta viver, numa perspectiva de esperança. A morte de Cristo não pode falhar. É o bem que vai triunfar no homem. **Este otimismo produz a alegria**, esta levitação de todo peso que os obstáculos de viver plenamente nos impõe com o cotidiano da vida. É certo que o otimismo requer indispensável reserva de paciência que precede sempre a manifestação do poder de Deus em sua criatura. Requer certa capacidade de olhar um pouco acima e um pouco além das contingências imediatas.

4. **Incansabilidade.** Uma prodigiosa atividade coletiva e individual. O Salesiano não espera sentado. Pelo contrário, dá a volta por cima. Pula a derrota. Assume os riscos. O trabalho é para ele ascese enquanto renúncia de si. Seu exemplo é estímulo à capacidade de luta que pode, momentaneamente, estar adormecida. Contrasta com a vocação do Salesiano ser

mero observador à distância. A civilização moderna, que se procura construir, é cada vez mais — ao contrário do que dizem os teóricos do lazer — a **sociedade do trabalho** e da competência.

5. **Maleabilidade de ação.** Por outro lado, o Salesiano não se apropria de funções e papéis vitalícios. Passa, com insuspeitável lhanza, de figura exponencial ao anonimato. E reconhece, de forma vital, que esta maleabilidade tem eminente função catártica, pois a longa permanência na função conduz ao imobilismo, gera perda de criatividade e fadiga sistemática.

6. **Corajosa e concreta catolicidade.** Algo mais do que uma bonita idéia. Fé ousada, sem extremismos. Fé perceptível. Adesão prática à Igreja. Docilidade ao magistério do Papa. Entre considerações forçadas e até plausíveis, fica-se com a palavra de Roma. Unidade é bem essencial. A unidade é sempre possível pela superação nunca pela supressão recíproca. Frente a posições polêmicas, claras e fortes, municia-se de aptidão para um diálogo produtivo como método de compor divergências, estabelecer o equilíbrio e a medida.

Creio que são notas que delineiam a estrutura do perfil moral, humano e cristão, do **Salesiano de Dom Bosco**. Dissociar estes traços é, certamente, desfigurá-lo. Subestimá-los, sob qualquer pretexto, é instaurar uma crise de identidade. Suprimi-los é atirar-se na direção do passado pensando que é o futuro. Tudo fica mais confuso quando se olha o futuro pelo espelho retrovisor. Não é o ponto de observação adequado.

Dom Bosco era um homem preocupado com política?

De que será feita a vida de um homem que não chegou a tomar consciência do sério e do dramático na vida de seu semelhante? Ninguém que pretende **seguir JESUS CRISTO** pode ser indiferente às injustiças que esmagam a pessoa e ameaçam a sociedade. A igualdade dos direitos é pressuposto inalienável da mentalidade de quem votou pautar-se pelo evangelho. Formado muito na base de ideais, o religioso corre o perigo de viver num mundo imaginário, de belas abstrações anódinas. **Dom Bosco foi um homem preocupado com política**, entendida como o **PÓLO DOS VALORES E DOS FINS** que definem o bem comum numa visão global da sociedade civil. Nada mais ambíguo, nebuloso e impreciso do que falar de apoliticismo de Dom Bosco. Seria um erro grave considerá-lo um sacerdote desencarnado. Dom Bosco foi um homem criativo, incansável, profético, lutador, propectivo, de clara visão social e histórica. Visão histórica equivale aqui à profundidade de visão. Se se entende, porém, por política o **PÓLO DOS MEIOS, DOS MÉTODOS E DAS PRIORIDADES** que devem guiar a eficácia do poder para o conseguimento prático de uma adequada convivência social, a resposta deve ser negativa. Dom Bosco quis, conscientemente, não fazer política, assim entendida. Dom Bosco foi, claramente, inapetente para a política partidária. E deixou, como patri-

mônio espiritual aos Salesianos, não fazê-la também. O Salesiano, por sua missão, precisa estar acima do território movediço da política.

O que significa não fazer política para Dom Bosco e para o Salesiano?

Não fazer política significa: não se imiscuir em tudo o que está ligado a uma intervenção no Governo de um país, à visão do exercício do poder no Estado, aos postulados ideológicos que regem os órgãos de imprensa, de grupos de pressão, dos movimentos dos partidos com referência ao tipo de regime a organizar e ao tipo de independência e unidade nacional a realizar. Não se intrometer nestes meandros é sinônimo de não fazer política. Uma boa política, como arte e como prática, que todo Salesiano precisa promover será atrair colaboradores, persuadir adversários e, antes de tudo, manter amigos no plano alto da cooperação e realização do bem comum.

Como engajar-se na política e não fazer política? Isto não é um jogo de palavras?

Não. Não é jogo de palavras. O Salesiano busca uma sociedade nova, mais justa e mais fraterna, uma civilização mais humana, para cuja construção se requer muita política. A política e os políticos têm urgente necessidade de cultura. **A cultura se fundamenta de religião e de fé.** Nenhuma sociedade se constrói nem supera suas crises sem honradez e probidade. Honradez, seriedade, probidade se forjam com fé e religião. Crise social ou econômica que assume caráter de ausência de credibilidade ética; crise social ou econômica, fruto de barganhas e compensações subalternas e de acordos de bastidores, sobre ser insuperáveis, são, sobretudo, trágicas porque inviabilizam, de todo, a sociedade. Uma queda patológica experimentada pelo senso ético é inquietante. Gera uma visão desesperançada. Sem submissão à ética nenhuma solução se torna duradoura e fecunda. A Igreja — a religião e a fé — é insubstituível como anunciadora de princípios e defensora do território ético. Como se vê, na construção de uma sociedade urgem outros empenhos indispensáveis e primordiais que não os políticos e que garantem uma boa e eficiente política. As exigências éticas estão ligadas, de forma indissolúvel, a todo projeto social.

E, então, quer dizer que...

O compromisso do Salesiano e compromisso de seu destino histórico na Igreja está exatamente neste setor dos fundamentos religiosos e sócio-culturais. É incontornável a dimensão ética e moral dos problemas. Existem nesta área um vazio — e o vazio atrai furacões — uma superficialidade e um anacronismo impressionantes. Hábil em balanços das mais diversas espécies, a nossa época precisa realizar também o seu balanço

moral. Precisa somar as perdas resultantes de um sentimento de afastamento de qualquer código de ética. Precisa somar os efeitos de pregações insistentes na direção da violência. É aí que o Salesiano deve empenhar-se ilimitadamente na política. Toda educação necessariamente é política. Simplesmente é e não pode deixar de ser. Independe de nossa vontade. Não se pode preferir a fantasia à realidade sem conseqüências inevitáveis. A curto prazo, a fantasia é agradável. A longo prazo, só a realidade prevalece inexoravelmente. A realidade é impiedosa com as ilusões.

Em política, quais seriam os desvios inaceitáveis para o Salesiano?

Aponto dois desvios opostos. Duas atitudes inaceitáveis. Duas tomadas de posição desequilibradas: o apoliticismo irresponsável e ingênuo e a radicalização política. Duplo erro: erro de leitura e erro de postura.

O que é, praticamente, apoliticismo irresponsável e ingênuo?

Indico três atitudes apolíticas irresponsavelmente ingênuas. Primeira: **A superficialidade e o desinteresse** pelas exigências dos sinais dos tempos. Ação divorciada da realidade. É uma atitude que mata a criatividade apostólica. Cada colégio, cada comunidade converte-se em gueto. É uma atitude estática, antípoda do dinamismo inventivo de Dom Bosco. A superficialidade e o desinteresse são a geratriz infalível do aburguesamento que corrói o modelo e o projeto salesiano de educação na construção de uma nova sociedade. O momento em que se vive, seja lá qual for, exige sempre a descoberta instintiva para onde sopram os ventos. E, com presteza, saber mudar a posição das pás do próprio moinho. Segunda atitude: **O fácil refúgio nos ANTI**. É o ímpeto de sair pela tangente. É a atitude de quem delega a cômodos esquemas de rótulos ideológicos a solução das dificuldades e a difícil educação das consciências. Revela preguiça mental, sentido acrítico, mitologia de preconceitos. A era da ingenuidade está encerrada. A fé é fermento que leveda o dinamismo da história. Terceira atitude: **Espiritualismo pseudomístico**. Suspeita-se sempre do temporal e de seus valores. Crê-se, apenas, numa visão individualista da virtude e do bem. Só esta dimensão não basta, embora indispensável. Antes, se verdadeira, ela nos compromete empurrando-nos para as causas mais profundas, o domínio das matrizes estruturais da maldade aparente.

O que seria a radicalização política?

Vou tentar mostrar alguma face desta fenomenologia. **O primado da revolução**, como transformação brusca e violenta, como opção por uma classe em luta contra determinado sistema sócio-econômico. É uma escolha drástica. Ou vai ou racha, é a opção de alguém que não vai. É a afirmação do temporal como salto qualitativo da sociedade e critério hermenêutico de tudo. Este desvio está em radical dissonância com tudo quanto

Dom Bosco legou aos seus Salesianos como herança espiritual. A luta do Salesiano é pela fraternidade e pela justiça e não por um ajuste de contas. **Uma pseudopastoral de denúncia.** Na formação das consciências, o anúncio de Cristo e de seu mistério ocupam o segundo lugar. Não há clima para o amor. Há fermento abundante para a tentação do ódio. A evangelização se confunde com libertação social. Há mais comprometimento com a ideologia reinante do que empenho em testemunhar a fé e seus postulados. Sofre-se de irrealismo. Faz-se o jogo da provocação. **Dissenso prático eclesial.** Prescinde-se da orientação do magistério. Ama-se o sociologismo na interpretação do mistério da Igreja. Tenta-se a ideologização da teologia com a negação dos postulados epistêmicos e, sobretudo, do seu caráter de discurso da fé. O modismo sempre foi mais atraente que a rigidez da ortodoxia. Esquece-se da natureza ambivalente da Igreja, ao mesmo tempo, temporal e intemporal, social e sobrenatural. São algumas faces de uma mesma fenomenologia de colocação bastante vulnerável, pois revelam o envolvimento direto, consciente ou não, do liberalismo teológico no equacionamento de questões sociais.

Quais seriam os critérios para o Salesiano agir no campo da política?

Quero ser sincero, mesmo se errar. Reconheço ser uma temeridade e, até, uma impostura de minha parte. Vou responder, entretanto, de forma precária, indicando alguns pressupostos, a partir dos quais o Salesiano poderá agir sem receios. Creio que estes pressupostos não configuram impressões subjetivas e, por isso, efêmeras. 1. **Adesão inarredável à Igreja e à opção da Igreja.** Opção por CRISTO, o Senhor, sentido da missão e fonte única de credibilidade. Opção de ontem, de hoje e de sempre. É a opção histórica do momento: O HOMEM, preferencialmente, o pobre. É a denotação, que não conota exclusivismos, da Igreja Latino-Americana. Da Igreja no Brasil, portanto. 2. **Lucidez participativa no atendimento à orientação do pastor** na Igreja local. 3. **Fidelidade ao realismo de sua missão.** O Salesiano é apóstolo dos jovens, "principalmente", dos jovens pobres, e das classes populares. Este é o advérbio de Dom Bosco. Esta é a vanguarda do êxodo, marcha ou caminhada, rumo a uma nova sociedade. Nossa presença no mundo sócio-cultural de hoje deve privilegiar o mundo dos pobres e dos pequenos. 4. **Aceitação das exigências de conversão.** Conversão pessoal. E conversão institucional. É humildade basilar. Sinal inequívoco de autenticidade. Consciência da própria responsabilidade nas injustiças. Não há justiça sem homens justos. 5. **Dedicação intensa à educação,** em qualquer contexto e nível.

Qual a resposta dos Salesianos à situação de injustiça institucionalizada?

Ninguém nega: a conjuntura atual é difícil. Ansiedades e preocupações fazem volta ao mundo. Parece que se chegou a um **point of no return.**

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB)
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar / 20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1 de novembro de 1983

Você já recebeu seu exemplar de **CONVERGÊNCIA** do mês de outubro e, também, **meu convite para renovar sua assinatura para o ano de 1984**. A revista de dezembro estará em suas mãos ainda neste mês de novembro. Terá, então, com pontualidade, o conjunto completo das dez revistas do ano de 1983. Se me permite, gostaria de tecer duas considerações.

PREÇOS. À primeira vista, os preços cobrados **podem parecer altos**. Mas não o são. Pense nisto. **CONVERGÊNCIA** deve ser uma revista assinada pela e para a comunidade. **E todas as comunidades deveriam assiná-la**. Mesmo na hipótese de se destinar a uma determinada pessoa, o pagamento é feito, sempre, pela instituição ou comunidade, como tal. Deste ponto de vista, os valores cobrados para 1984 deixam de ser altos. **Assinada pela e para a comunidade**, a importância paga se divide aritmeticamente entre os seus membros. O benefício aportado pela leitura de **Convergência** supera, ilimitadamente, este valor monetário. A par desta justa relativização face ao total numérico absoluto, faça, ainda, o cálculo referente ao percentual da inflação real e o compare com os montantes cobrados. Irá hipotecar, in totum, seu lúcido apoio à renovação imediata de sua assinatura e recompor sua primeira impressão.

ENCADERNAÇÃO. Toda revista de estudos, como **CONVERGÊNCIA**, e, portanto, de valor permanente e, ao mesmo tempo, de circulação periódica, corre o risco certo de se extraviar, inutilizando ou, ao menos, desfalcando a coleção anual. O meio técnico para se evitar o risco é a encadernação. **Convergência encadernada anualmente** torna-se ponto de referência obrigatório, pessoal e comunitário, para conferências, retiros, pregações, encontros, etc. E dificilmente desaparece. **Encaderner Convergência anualmente**, se ainda não o faz. Irão benzer sua iniciativa os atuais e, sobretudo, os futuros membros de sua comunidade porque encontrarão nela a continuidade daquilo a que já se haviam habituado na comunidade donde vieram. Encadernar **Convergência** anualmente é mais do que corrigir monetariamente o que Você pagou pela assinatura.

Meu convite para renovar sua assinatura de **CONVERGÊNCIA** precisa receber sua decisão **PRONTA E FAVORÁVEL**. Uma decisão pensada e alicerçada. Convicta. Nada de sério, como a Vida Religiosa, resiste ao improviso irresponsável. **Assine, pois, Convergência**. E assine **LOGO**. Renove, **AGORA**, sua assinatura para 1984.

A qualidade da Vida Religiosa sua e de sua comunidade é seu projeto primeiro e permanente, em meio a todas as preocupações. Sendo assim, **CONVERGÊNCIA** será de importância vital porque se compromete, mensalmente, com aqueles valores que propiciam soluções duradouras. Ler **Convergência** é sintonizar a frequência de Deus. É gerar anticorpos para se defender da indecisão. É habituar-se aos novos tempos. É uma experiência salutar.

Desejando-lhe toda paz e todo bem, subscrevo-me,

atenciosamente



PE. MARCOS DE LIMA, SDB
Redator-Responsável
Convergência e Publicações CRB